



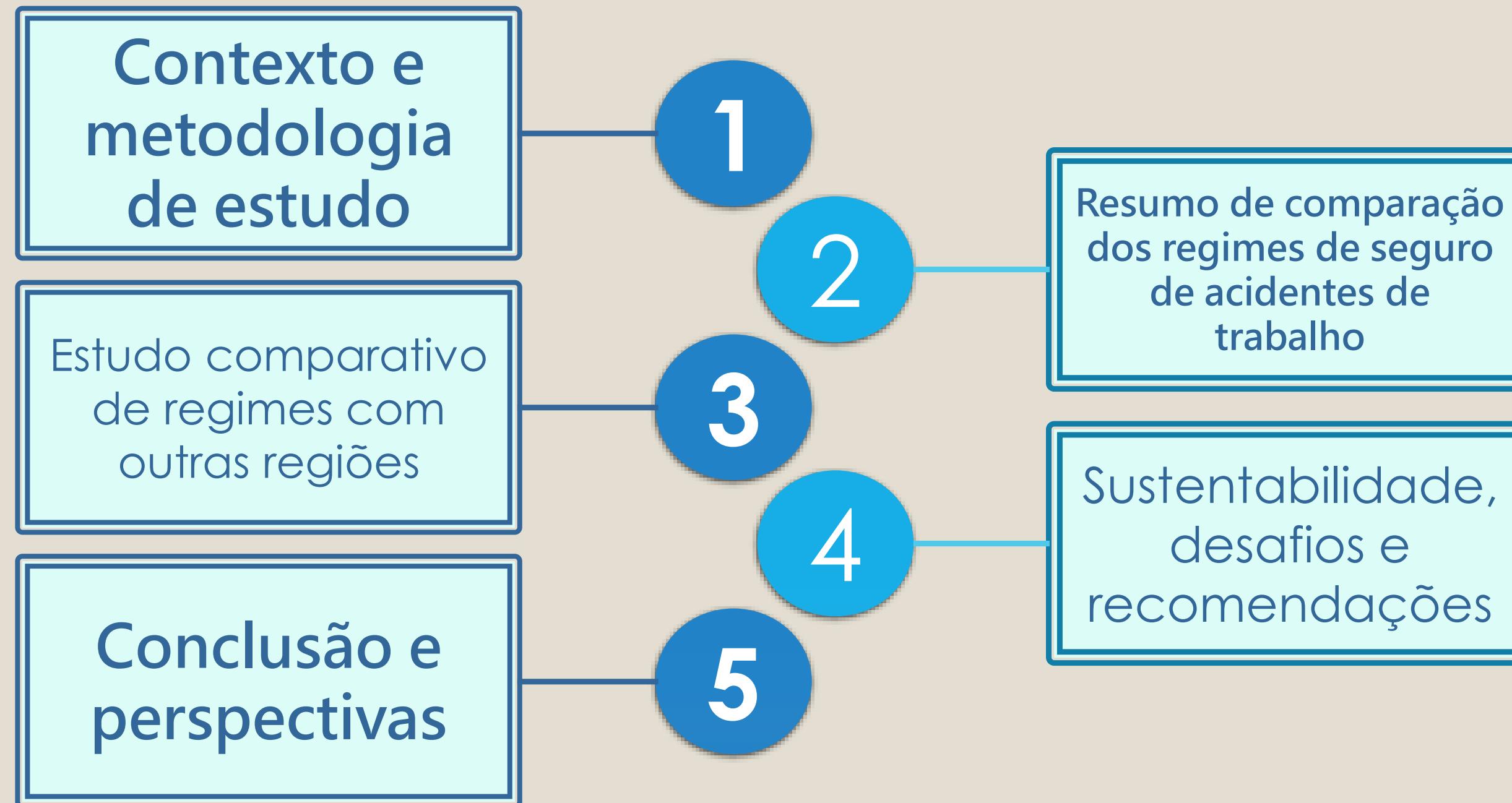
澳 門 金 融 管 理 局
AUTORIDADE MONETÁRIA DE MACAU

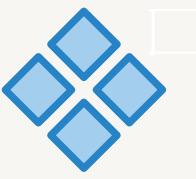
Resumo e Partilha do Estudo sobre o Seguro de Acidentes de Trabalho nos Países/Regiões de Língua Portuguesa

29 de Outubro de
2024



Conteúdo





01

Contexto e metodologia de investigação

1.1 Contexto



Modo de investigação

- Análise comparativa dos sistemas de seguro de acidentes de trabalho nos países/regiões de língua portuguesa
- Exploração de planos do sistema de seguro para melhorar a governação social
- Fornecimento de referências para a reforma e a inovação do sistema
- Previsão da tendência de desenvolvimento futuro do sistema de seguro

Resultados pretendidos

- Apresentar recomendações políticas viáveis
- Promover a troca de experiências e a cooperação entre os países/regiões de língua portuguesa
- Estabelecer uma base para melhorar o nível geral de protecção do trabalho



1.2

Metodologia de estudo



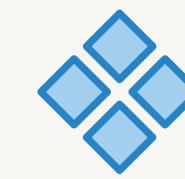
Elaboração do questionário do inquérito específico

Recolha de informações através do questionário do inquérito

Solicitação de informações adicionais

Integração, comparação e análise

Elaboração do relatório da análise comparativa

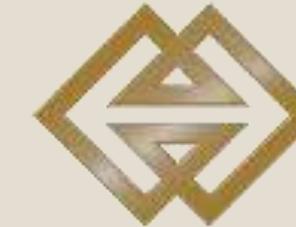


02



Resumo de comparação dos regimes de seguro de acidentes de trabalho

2.1 Resumo



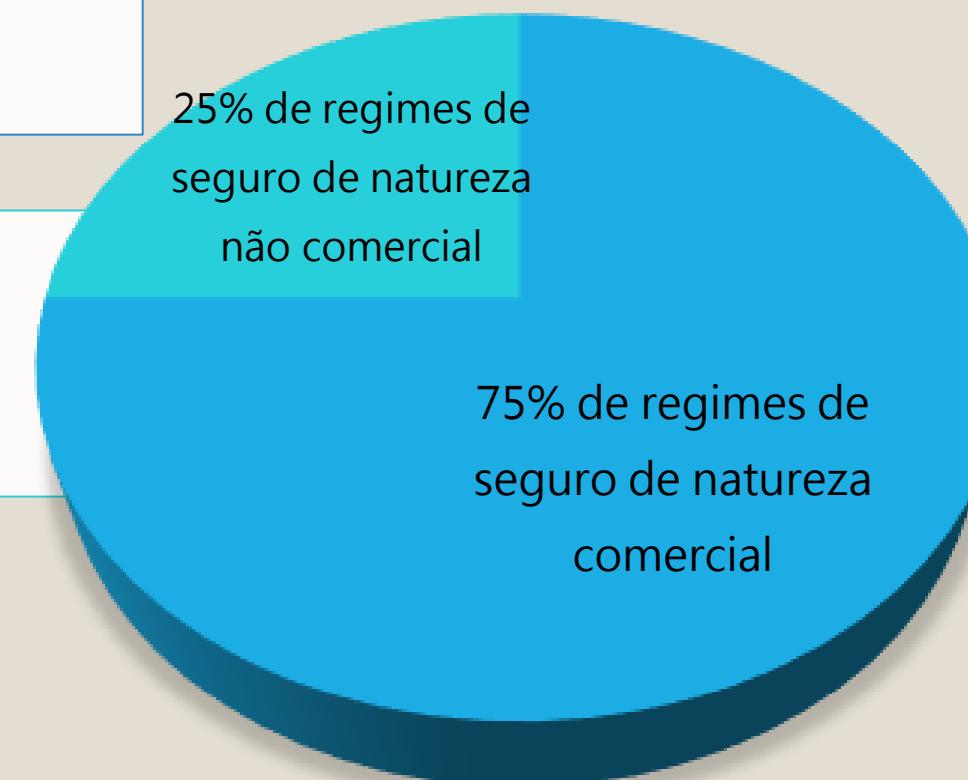
Regimes de seguro de acidentes de trabalho dos membros da ASEL

Foco do estudo

- Regimes de seguros de acidentes de trabalho **de natureza comercial**

Resumo dos regimes dos membros da ASEL

- 6 membros adoptam a natureza comercial
- 2 membros adoptam a natureza não comercial



2.1 Resumo



Pontos comuns entre os regimes

- Segregação de funções da supervisão
- Obrigações dos empregadores
- Transferência de responsabilidades civis

Divergências entre os regimes

- Método da fixação de taxas de prémio
- Base de cálculo dos prémios
- Âmbito da cobertura

2.1 Resumo



2.2

Quadro geral do regime de seguros



Princípio de responsabilidade do empregador

Direito a um processo judicial

Entidade competente / responsável pelo tratamento de queixas e pela aplicação de sanções

2.2

Quadro geral do regime de seguros



I. Princípio de responsabilidade do empregador

Teoria da culpabilidade

- Protecção global dos trabalhadores
- Não é necessário o trabalhador sinistrado provar a culpa do empregador para receber uma indemnização
- Procedimentos para indemnização simples e rápidos, reduzindo-se assim os litígios e os custos de processos judiciais
- Permitir aos trabalhadores obterem uma indemnização rápida e com menos dificuldades financeiras

Teoria da não-culpabilidade

- Os empregadores só devem ser responsabilizados quando a culpa é sua
- Reduzir os encargos financeiros dos empregadores, incentivando-os a reforçarem a segurança no local de trabalho
- Procedimentos de indemnização mais complicados, sendo que os trabalhadores têm de realizar investigações e apresentar as respectivas provas, o que aumenta a complexidade e o custo do tempo dos processos judiciais
- Isto pode levar a mais casos de litígios e a uma maior pressão financeira sobre os trabalhadores

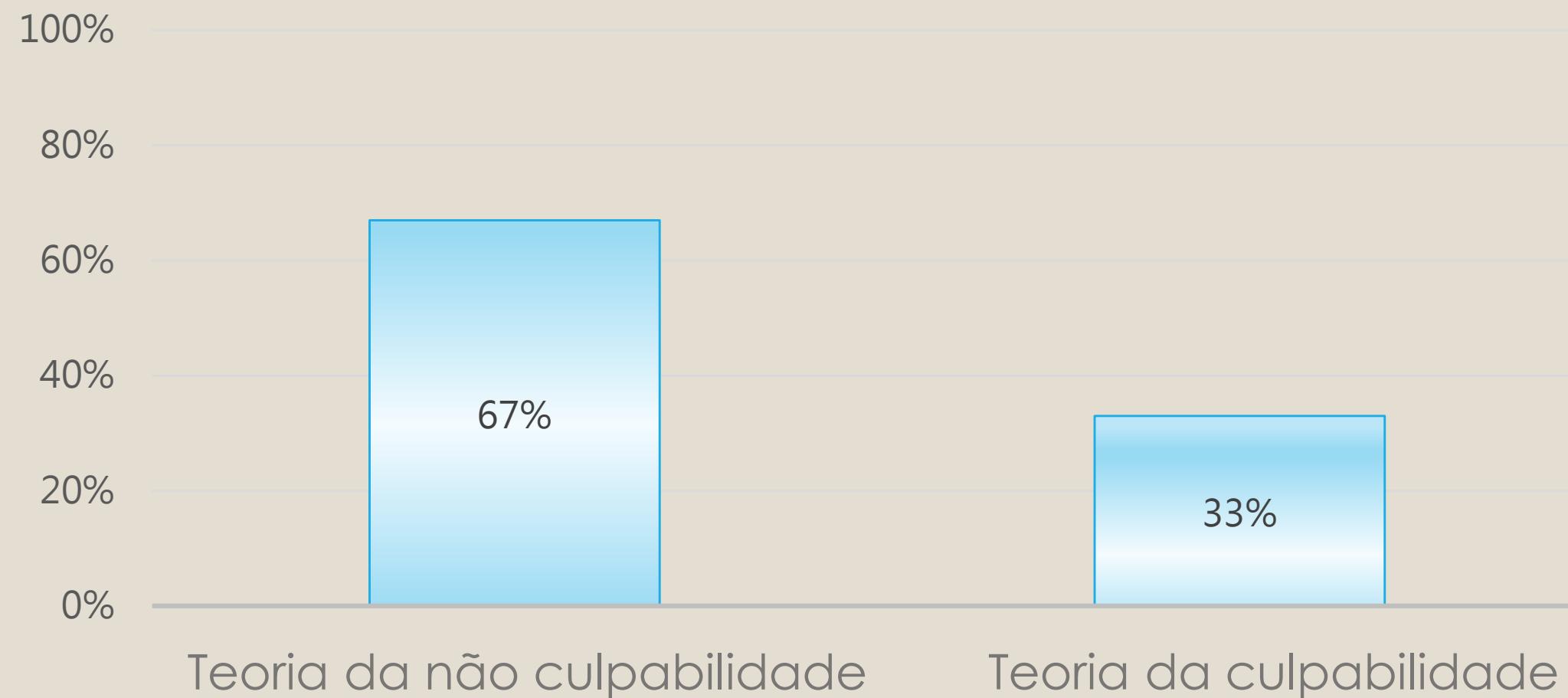
2.2

Quadro geral do regime de seguros



I. Princípio de responsabilidade do empregador

PRINCÍPIO DE RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR NO REGIME DE SEGUROS



2.2

Quadro geral do regime de seguros



I. Princípio de responsabilidade do empregador

Factores de influência para a adopção de diferentes princípios de responsabilidade do empregador

- Conceito da protecção laboral e responsabilidade legal e formas de aplicação
- Equilíbrio entre os encargos do empregador e a protecção dos direitos e benefícios dos trabalhadores

2.2

Quadro geral do regime de seguros



II. Direito a um processo judicial

A seguradora não se pode opor ao lesado ou aos seus herdeiros ou a seguradora pode ser autorizada a exercer o direito em relação às exceções oponíveis.

50%

A seguradora pode assumir o patrocínio jurídico e judiciário em face da pretensão do lesado, e a seguradora suporta os encargos daí derivados, incluindo os custos do processo judicial. 33%

O lesado ou os seus herdeiros podem accionar diretamente a seguradora para lhe exigir o cumprimento da obrigação de indemnização. **67%**

2.2

Quadro geral do regime de seguros



III. Entidade competente/responsável pelo tratamento de queixas e pela aplicação de sanções



**Entidade
competente/responsável pelo
tratamento de queixas:
autoridade laboral**

- Recepção das queixas
- Investigação
- Reconciliação em caso de conflito
- Aplicação de sanções em caso de infracção



**Instituição auxiliar no
tratamento de queixas:
autoridades de supervisão de
seguros**

- Tratamento das queixas relacionadas com as seguradoras
- Supervisão da conduta das seguradoras
- Instauração do processo de infracção administrativa ou as respectivas sanções



2.3

Quadro de responsabilidade no âmbito do regime da protecção dos trabalhadores

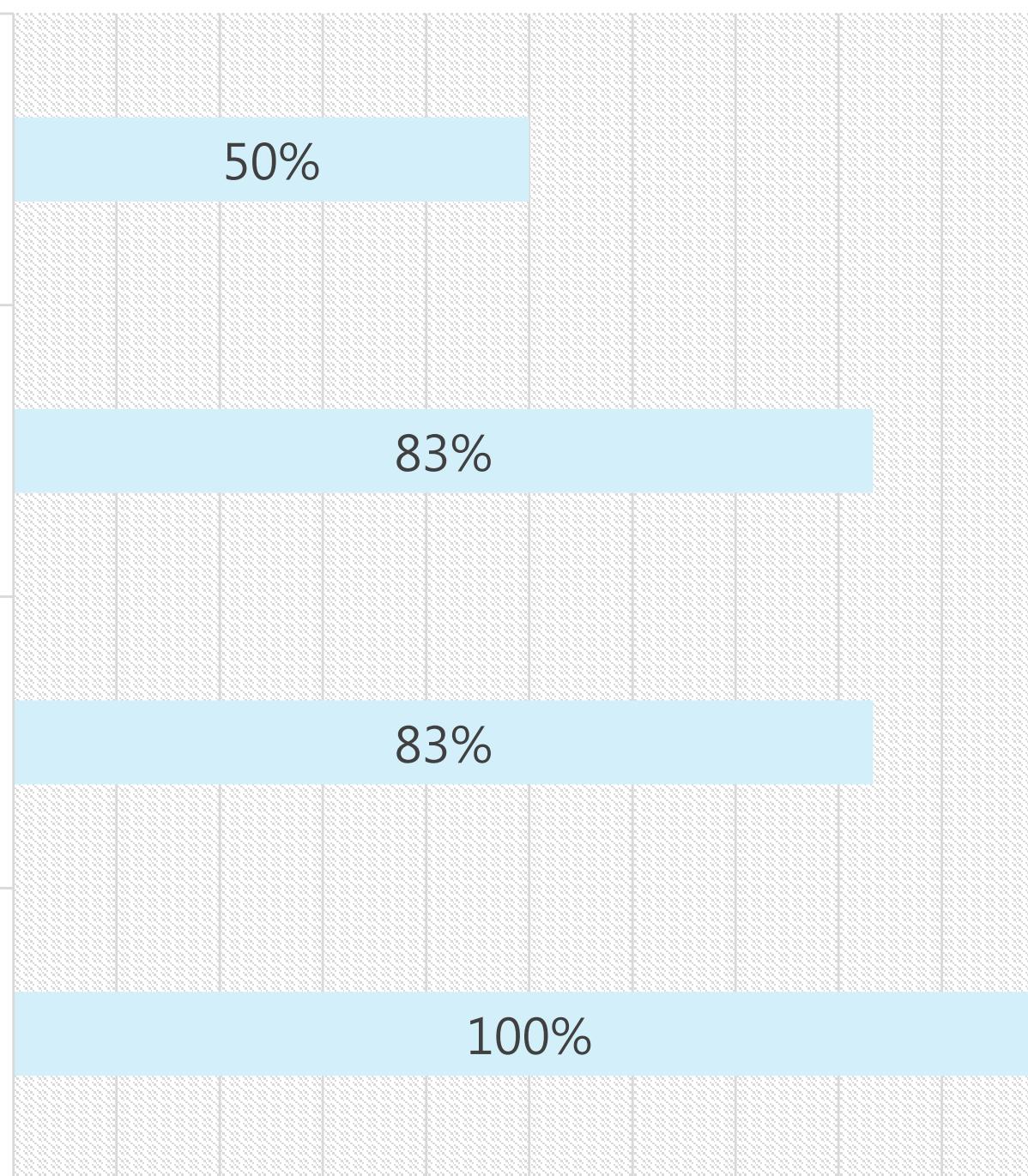
Obrigação da subscrição de seguros e responsabilidade das indemnizações por parte da entidade empregadora

Existência de responsabilidade de indemnizações a pagar por parte de terceiros em relação à diferença em que a entidade responsável não puder pagar a indemnização devido a dificuldades financeiras

Nas situações de não-subscrição de seguros ou de insuficiência de subscrição, o empregador é responsável pelo pagamento da diferença de indemnização ou não

Nas situações de não-subscrição de seguros ou de insuficiência de subscrição, o empregador será multado ou não

Existência de obrigação de subscrição de seguros / responsabilidade legal por parte do empregador



2.4

Âmbito da responsabilidade transferida e exclusões



**Transferência total ou
parcial da
responsabilidade civil
relativa aos
trabalhadores**

83%

17%

67%

**Obter cobertura para as
situações de exclusão e
para as pessoas
excluídas e recompra
limitada através de uma
cláusula do contrato de
seguro**

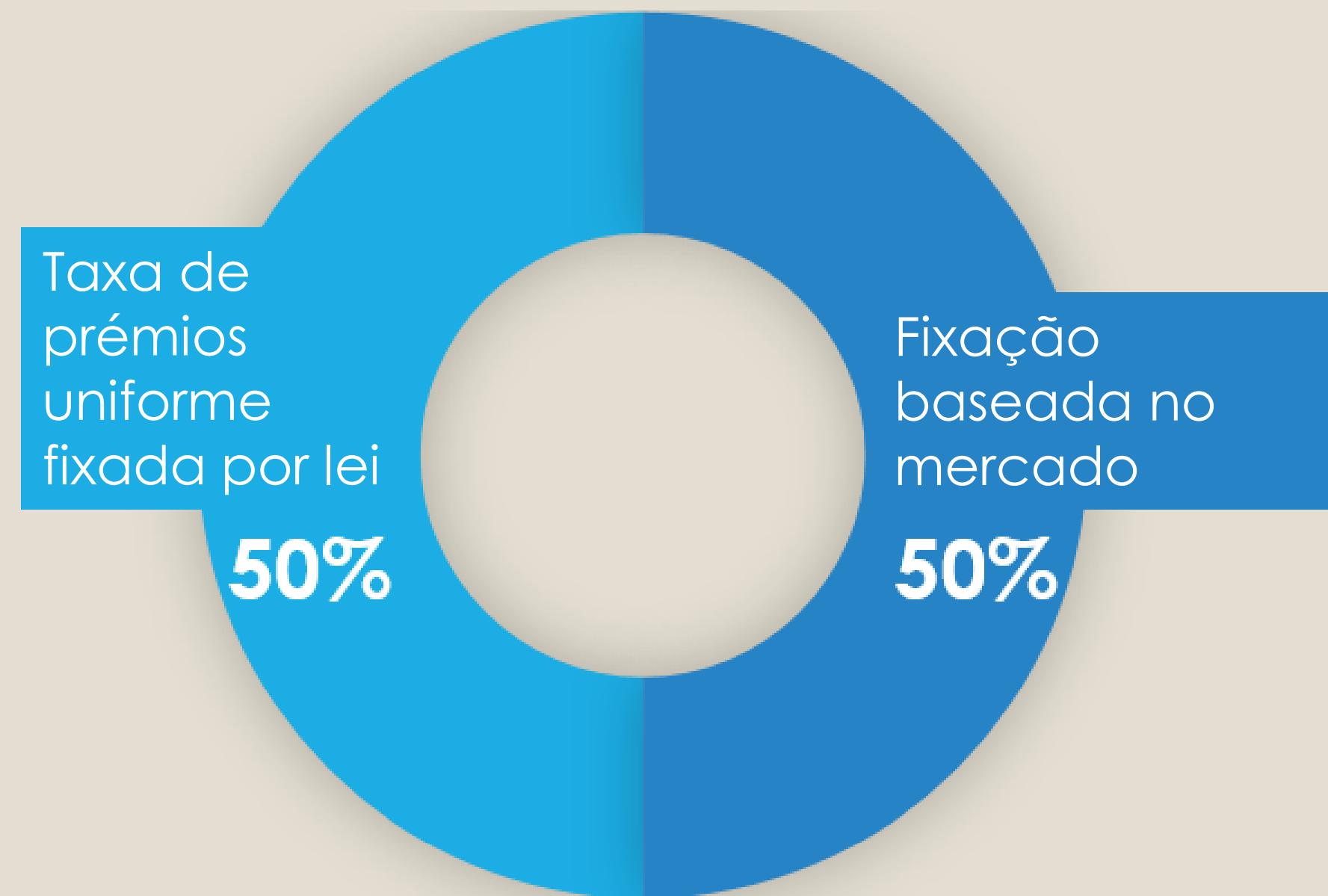
**Cobertura total ou
parcial da
responsabilidade civil
relativa aos
trabalhadores
decorrente de culpa
ou negligência da
entidade
empregadora**

2.5

Métodos de cálculo do prémio e portadores do prémio



I. Método de fixação das taxas de prémio

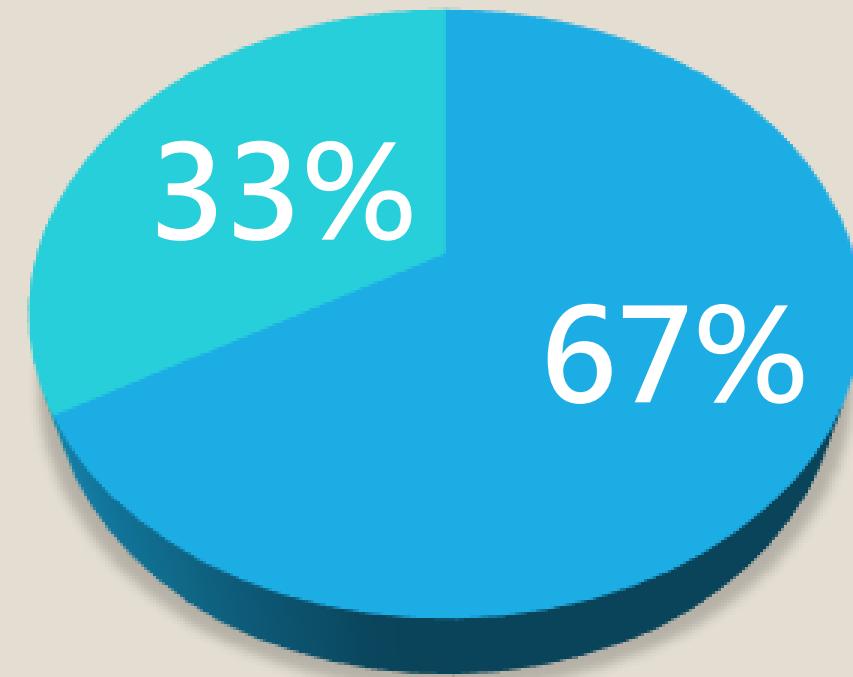


2.5

Métodos de cálculo do prémio e portadores do prémio



II. Regimes especiais de recusa de subscrição por parte das seguradoras



- O órgão de supervisão de seguros pode indicar uma seguradora para o empregador / ajudar no estabelecimento de condições especiais para a realização do seguro
- Depende da fixação de preços do mercado livre

2.6

Limite de compensação e método de pagamento da compensação

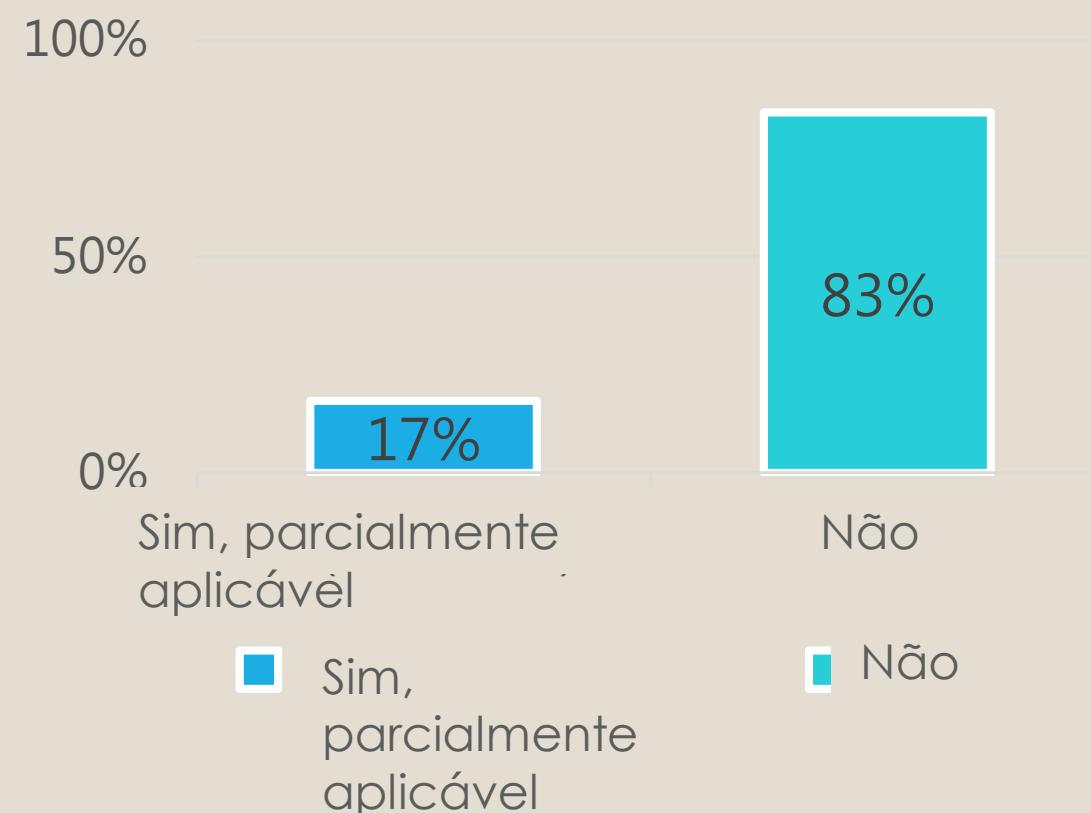


I. Protecção legal

Limite cumulativo de indemnização

refere-se ao montante máximo de indemnização a pagar por ocorrência de cada acidente ou por ano

Existência (ou não) de um limite de indemnização acumulada para os contratos de seguros



2.6 Limite de compensação e método de pagamento da compensação



II. Período de compensação e métodos de pagamento

Estado Actual

- Alguns membros não fornecem a opção de pagamento em prestações.
- Não existe um plano de prestações para alguns membros em caso de morte ou de insolvência prolongada.

Vantagens do pagamento em prestações

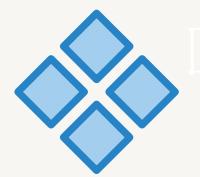
- Reduzir o risco de gestão indevida dos fundos das pessoas indemnizadas.

Problemas potenciais

- A seguradora ou o empregador pode enfrentar conflitos práticos na hora de pagar as prestações.
- Questões relacionadas com a gestão de indemnizações e a assunção de riscos.

Pontos a ter em conta

- Ponderar os prós e os contras do pagamento em prestações.
- Formular políticas adequadas para regular a aplicação.
- Proteger os direitos e interesses dos indemnizados.



03



Estudo comparativo de regimes com outras regiões

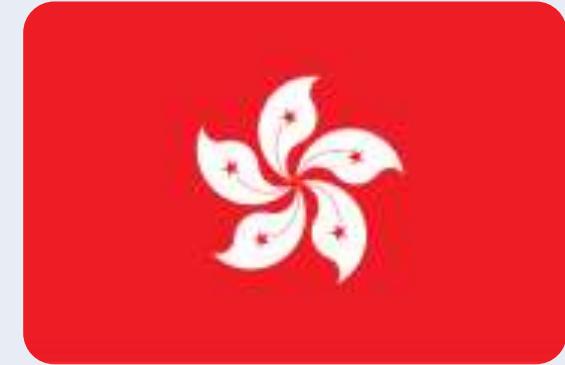
3.1

Regimes de seguros da Austrália, de Hong Kong e de Singapura



Nova Gales do Sul (Austrália)

Segurança social



Hong Kong e Singapura

Seguro comercial

3.1

Regimes de seguros da Austrália, de Hong Kong e de Singapura



I. Supervisão — Segurança social e seguro comercial

Austrália

- Liderança do governo: criar instituições, fixar prémios, pagar indemnizações
- Colaboração com empresas os pedidos de indemnização

3.1

Regimes de seguros da Austrália, de Hong Kong e de Singapura



I. Supervisão — Segurança social e seguro comercial

Hong Kong e Singapura

- Fornecimento por companhias de seguros privadas
- Concorrência no mercado para elevar a eficiência
- Mecanismo para garantir uma cobertura abrangente



3.1

Regimes de seguros da Austrália, de Hong Kong e de Singapura

I. Supervisão — Mecanismo de oferta de seguros no âmbito do seguro comercial

Mecanismo de oferta de seguros de Hong Kong

- A Employees' Compensation Insurance Residual Scheme Bureau Limited ([ECIRSB](#)) fornece cotações para proteger os sectores de alto risco que têm dificuldades em obter apólices de seguro no mercado aberto de seguros.
- O mecanismo de resseguro contra riscos de actividades terroristas, estabelecido pelo Governo, assegura que as seguradoras forneçam protecção contra os riscos de terrorismo.
- O Employees Compensation Insurer Insolvency Bureau ([ECIIB](#)) criou o Fundo de Insolvência para assumir as responsabilidades das seguradoras insolventes.



The Employees' Compensation Insurance Residual Scheme Bureau Limited
僱員補償聯保計劃管理局有限公司



EMPLOYEES COMPENSATION INSURER INSOLVENCY BUREAU
保險公司（僱員補償）無力償債管理局

3.1

Regimes de seguros da Austrália, de Hong Kong e de Singapura



I. Supervisão — Mecanismo de oferta de seguros no âmbito do seguro comercial

Mecanismo de oferta de seguros de Singapura

Quando pelo menos dez seguradoras se recusam a celebrar um contrato de seguro, a entidade patronal pode entrar em contacto com a General Insurance Association of Singapore (associação do sector), que exige que as seguradoras apresentem uma proposta directamente à entidade patronal.

3.1

Regimes de seguros da Austrália, de Hong Kong e de Singapura



I. Supervisão — Indemnização de danos por negligência da entidade patronal

Regime de responsabilidade objectiva

- Permite-se que os trabalhadores lesados por culpa da entidade patronal apresentem pedidos adicionais de indemnização em tribunal.
- Existe um mecanismo para evitar o duplo pagamento.
- O seguro de responsabilidade da entidade patronal é incluído no âmbito do seguro obrigatório (Hong Kong e Austrália)

3.1

Regimes de seguros da Austrália, de Hong Kong e de Singapura



II. Protecção — Limite de compensação cumulativa

Limite de compensação cumulativa de Hong Kong por ocorrência, estabelecido conforme as disposições sobre o montante mínimo de subscrição de seguros ao abrigo do *Employees' Compensation Ordinance* de Hong Kong

Tomador de seguro (Empregador)	Requisito mínimo de montante segurado (HK\$)
Número de empregados não superior a 200	\$100.000.000
Número de empregados superior a 200	\$200.000.000
Contratante principal	\$200.000.000
Grupo de empresas	\$200.000.000

(US\$1 = HK\$7,8)

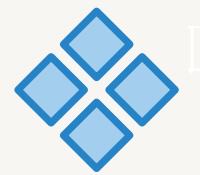
3.1

Regimes de seguros da Austrália, de Hong Kong e de Singapura



III. Prémios — Unidade de exposição ao risco: valor do contrato e folha de pagamento de salários

Austrália	Hong Kong	Singapura
Taxa de prémio obrigatória	Taxa de prémio não obrigatória	Taxa de prémio não obrigatória
Baseado na folha de pagamento de salários	Adotar parcialmente o valor do contrato	Baseado na folha de pagamento de salários
Adquirido por conta de empregador (incluindo subcontratante)	Adquirido parcialmente pelo contratante principal, abrangendo os subcontratantes	Adquirido por conta de empregador (incluindo subcontratante)
Se o subcontratante não subscrever seguros, o contratante principal será responsável pelo pagamento da indemnização.		Se o subcontratante não subscrever seguros, o contratante principal será responsável pelo pagamento da indemnização.

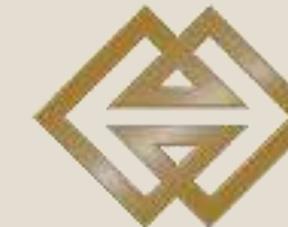


04



Sustentabilidade, desafios e recomendações

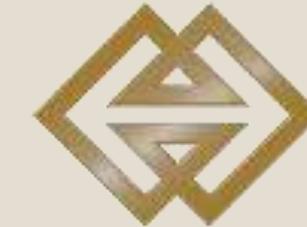
4.1 Resumo



Possíveis problemas, desafios e sugestões para o sistema de seguros

	Possíveis problemas e desafios do sistema de seguros	Sugestões para consideração
1	Casos em que não tenham sido adoptadas medidas específicas de protecção dos trabalhadores envolvidos em acidentes de trabalho e cuja entidade patronal não tenha subscrito um seguro e não esteja em condições de pagar uma indemnização.	Criação do Fundo de Protecção dos Credores Trabalhistas
2	Regulamentação rigorosa das taxas dos prémios de seguro restringe a concorrência, impossibilitando que as taxas sejam ajustadas atempadamente de acordo com as alterações do mercado e não reflectindo eficazmente as alterações no mercado e nos riscos do sector.	Liberalização das taxas dos prémios de seguro
3	Falta de um mecanismo para garantir que os empregadores a quem as seguradoras recusaram a cobertura de seguro possam ainda assim obter cobertura de seguro, o que resulta num aumento dos encargos para os empregadores e no risco de uma redução da protecção dos trabalhadores.	Criação de um mecanismo para garantir que os empregadores que tenham sido rejeitados pelas seguradoras possam obter cobertura de seguro

4.1 Resumo



Possíveis problemas, desafios e sugestões para o sistema de seguros

	Possíveis problemas e desafios do sistema de seguros	Sugestões para consideração
4	Falta de medidas e disposições especiais para atenuar a situação de seguro subscrito pelos empregadores, com cobertura insuficiente, o que pode levar a que os trabalhadores não possam receber a totalidade das indemnizações das seguradoras e os empregadores tenham de suportar a diferença relevante, afectando assim a protecção dos direitos e interesses dos trabalhadores.	Estabelecimento de medidas e regimes especiais para reduzir os casos em que as entidades patronais não subscrevem seguros com cobertura suficiente
5	Inexistência de um mecanismo que impeça as seguradoras de enfrentarem uma crise financeira devido a casos individuais de indemnizações avultadas ou que coloquem em risco a estabilidade do mercado dos seguros.	Introdução do limite de compensação cumulativa
6	Inexistência de um mecanismo que permita aos empregadores ajustar de forma flexível as suas soluções ou os seus pacotes de seguros em função das suas necessidades, reforçando assim a protecção contra os riscos.	Introdução de uma "cláusula de recompra (<i>Buy-Back Clause</i>)" baseada na procura efectiva do mercado
7	Reforço eventual das medidas preventivas contra os acidentes de trabalho.	Extensão da "reparação de danos <i>ex post facto</i> " ao "mecanismo de prevenção <i>ex ante</i> "



4.2 Sugestões

Problemas e desafios: Casos em que não tenham sido adoptadas medidas específicas de protecção dos trabalhadores envolvidos em acidentes de trabalho e cuja entidade patronal não tenha subscrito um seguro e não esteja em condições de pagar uma indemnização

Sugestões: Criação do Fundo de Protecção dos Credores Trabalhistas

Descrição do mecanismo	Objectivo	Elementos-chave
<ul style="list-style-type: none">•Fornecer garantia em caso de incumprimento dos créditos laborais•Prestar assistência financeira aos trabalhadores afectados em períodos de recessão económica ou de falência de empresas•Garantir indemnização às vítimas e às suas famílias em consequência de acidentes de trabalho ou doenças profissionais	<ul style="list-style-type: none">•Protecção dos direitos e interesses básicos dos trabalhadores•Manutenção da estabilidade social•Redução dos conflitos laborais	<ul style="list-style-type: none">•Quadro jurídico•Procedimentos de solicitação•Âmbito de cobertura•Fontes de fundos•Mecanismo de resposta rápida•Regulamentação e transparência



4.2 Sugestões

Problemas e desafios: Regulamentação rigorosa das taxas dos prémios de seguro restringe a concorrência, impossibilitando que as taxas sejam ajustadas atempadamente de acordo com as alterações do mercado e não reflectindo eficazmente as alterações no mercado e nos riscos do sector

Sugestões: Liberalização das taxas dos prémios de seguro

Descrição do mecanismo	Objectivo	Elementos-chave
<ul style="list-style-type: none">• Eliminar a intervenção excessiva nos prémios de seguro• Incentivar as seguradoras a fixar os prémios com base na avaliação dos riscos e na concorrência do mercado• Criar um mecanismo sólido de divulgação de informações e um quadro de supervisão	<ul style="list-style-type: none">• Aumentar a eficiência e a equidade do sector dos seguros• Fazer os prémios de seguro reflectirem melhor os riscos reais e a procura do mercado• Promover a concorrência e a inovação• Salvaguardar a estabilidade a longo prazo do mercado de seguros	<ul style="list-style-type: none">• Mecanismo de avaliação dos riscos• Regulamentação do mercado• Transparência da informação• Preços diferenciados• Supervisão e inspecção• Protecção dos interesses dos tomadores de seguros



4.2 Sugestões

Problemas e desafios: Falta de um mecanismo para garantir que os empregadores a quem as seguradoras recusaram a cobertura de seguro possam ainda assim obter cobertura de seguro, o que resulta num aumento dos encargos para os empregadores e no risco de uma redução da protecção dos trabalhadores

Sugestões: Criação de um mecanismo para garantir que os empregadores que tenham sido rejeitados pelas seguradoras possam obter cobertura de seguro

Descrição do mecanismo	Objectivos	Elementos-chave
<ul style="list-style-type: none">• Criar um fundo ou agrupamento especial de seguros• Aceitar pedidos de seguro de empregadores a quem as seguradoras comerciais tenham recusado cobertura• Repartir os riscos através de um mecanismo de partilha de riscos em todo o sector	<ul style="list-style-type: none">• Garantir que os sectores ou empresas de alto risco subscrevam um seguro de acidentes de trabalho• Proteger os direitos e interesses básicos de todos os trabalhadores• Estabelecer um sistema de seguro de acidentes de trabalho mais inclusivo	<ul style="list-style-type: none">• Concepção do sistema• Gestão de riscos• Apoio governamental• Regulamentação e gestão• Resolução de litígios• Justiça e transparência• Avaliação contínua



4.2 Sugestões

Problemas e desafios: Falta de medidas e disposições especiais para atenuar a situação de seguro subscrito pelos empregadores, com cobertura insuficiente, o que pode levar a que os trabalhadores não possam receber a totalidade das indemnizações das seguradoras e os empregadores tenham de suportar a diferença relevante, afectando assim a protecção dos direitos e benefícios dos trabalhadores

Sugestões: Estabelecimento de medidas e regimes especiais para reduzir os casos em que as entidades patronais não subscrevem seguros com cobertura suficiente

Descrição do mecanismo

- Definir claramente as obrigações da entidade patronal no regime jurídico dos seguros
- Estipular claramente a forma de lidar com a situação em que a entidade patronal não tenha subscrito um seguro, com cobertura suficiente
- Impor regime de punição para prevenir infracções

Objectivos

- Garantir o cumprimento das empresas dos requisitos relevantes em matéria de seguro de acidentes de trabalho
- Melhorar a exactidão e a relevância dos contratos de seguro
- Proporcionar a protecção mais adequada aos trabalhadores

Elementos-chave

- Definição clara das obrigações da entidade patronal
- Mecanismo de tratamento da insuficiência de subscrição de seguros
- Requisitos de divulgação de informações
- Divisão de responsabilidades
- Sistema de sanções
- Mecanismo de ajuste do risco
- Supervisão e aplicação da lei
- Educação e divulgação



4.2 Sugestões

Problemas e desafios: Inexistência de um mecanismo que impeça as seguradoras de enfrentarem uma crise financeira devido a casos individuais de indemnizações avultadas ou que coloquem em risco a estabilidade do mercado dos seguros

Sugestões: Introdução do limite de compensação cumulativa

Descrição do mecanismo	Objectivos	Elementos-chave
<ul style="list-style-type: none">•Introdução de um limite de indemnização cumulativa nos contratos de seguro•Estabelecimento de um limite total do montante da indemnização a pagar a um único tomador de seguro ou a um único acontecimento/sinistro segurado•Integração do mecanismo de resseguro para reforçar a capacidade de resistência ao risco	<ul style="list-style-type: none">•Reforçar a capacidade de gestão do risco das seguradoras•Garantir a sustentabilidade do sistema de seguros•Manter a estabilidade do mercado de seguros no seu conjunto•Proteger os direitos e interesses fundamentais de mais empresas e trabalhadores	<ul style="list-style-type: none">•Estabelecimento de um limite de indemnização•Repartição dos riscos•Integração do mecanismo de resseguro•Supervisão e execução•Mecanismo punitivo•Afectação dos recursos•Transparência•Avaliação regular



4.2 Sugestões

Problemas e desafios: Inexistência de um mecanismo que permita aos empregadores ajustar de forma flexível as suas soluções/os seus pacotes de seguros em função das suas necessidades, reforçando assim a protecção contra os riscos

Sugestões: Introdução de uma “cláusula de recompra (Buy-Back Clause)” baseada na procura efectiva do mercado

Descrição do mecanismo	Objectivos	Elementos-chave
<ul style="list-style-type: none">•Introdução de uma cláusula de recompra (“Buy-Back Clause”) num contrato de seguro normalizado•Permissão ao titular da apólice de restabelecer certas prestações excluídas mediante um prémio adicional•Fornecer de forma mais flexível planos de seguro	<ul style="list-style-type: none">•Conferir uma flexibilidade na resposta à procura do mercado•Aumentar a competitividade dos produtos de seguros•Proporcionar uma protecção de seguro mais abrangente para as empresas•Melhorar a capacidade das empresas em termos de gestão dos riscos	<ul style="list-style-type: none">•Concepção e aplicação•Avaliação de riscos e fixação de preços•Flexibilidade e transparência•Regulamentação e educação•Concorrência no mercado e controlo dos riscos•Revisão e ajuste periódicos

4.2 Sugestões



Problemas e desafios: Reforço eventual das medidas preventivas contra os acidentes de trabalho

Sugestões: Extensão da “reparação de danos ex post facto” ao “mecanismo de prevenção ex ante”

Descrição do mecanismo

- Reforço da consciência e medidas de “prevenção” *ex ante*
- Estabelecimento de um sistema de cooperação entre as empresas, as associações profissionais, as autoridades de supervisão e as seguradoras
- Introdução da participação das seguradoras na construção de sistemas de segurança no trabalho para os trabalhadores

Objectivos

- Reducir a probabilidade de ocorrência de acidentes de trabalho e doenças profissionais e o seu nível de danificação
- Estabelecer uma consciência de controlo de riscos orientada para a prevenção
- Reducir os pedidos de indemnização de seguros e as despesas médicas
- Formar um ciclo virtuoso de prevenção, protecção e retorno

Elementos-chave

- Reforço das medidas preventivas
- Cultivo da sensibilização para a segurança
- Mecanismo de colaboração entre várias partes
- Sistema de avaliação dos riscos
- Mecanismo de incentivo
- “Serviço de redução dos riscos”



05



Conclusão e perspectivas

5.1 Conclusão do estudo



I. Resumo

Características comuns

- Maior preocupação com a protecção dos trabalhadores
- Integração no sistema de segurança social ou estabelecimento de uma obrigação legal de subscrever um seguro
- Realizar a indemnização por parte das seguradoras
- Estabelecimento do mecanismo para dar respostas ao risco financeiro

Direções futuras

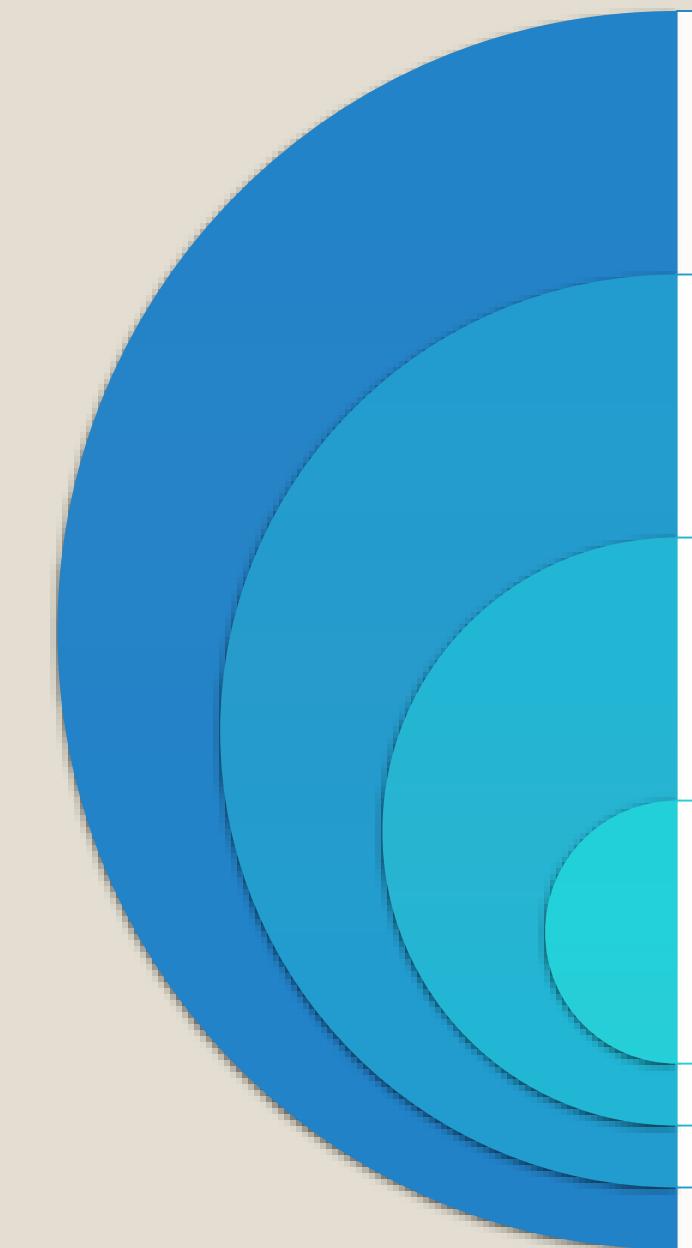
- Melhoria da cobertura de protecção
- Aperfeiçoamento do mecanismo dos prémios
- Garantia da abrangência do regime

5.1

Conclusão do estudo



II. Direcções de aperfeiçoamento do regime de seguro de acidentes de trabalho



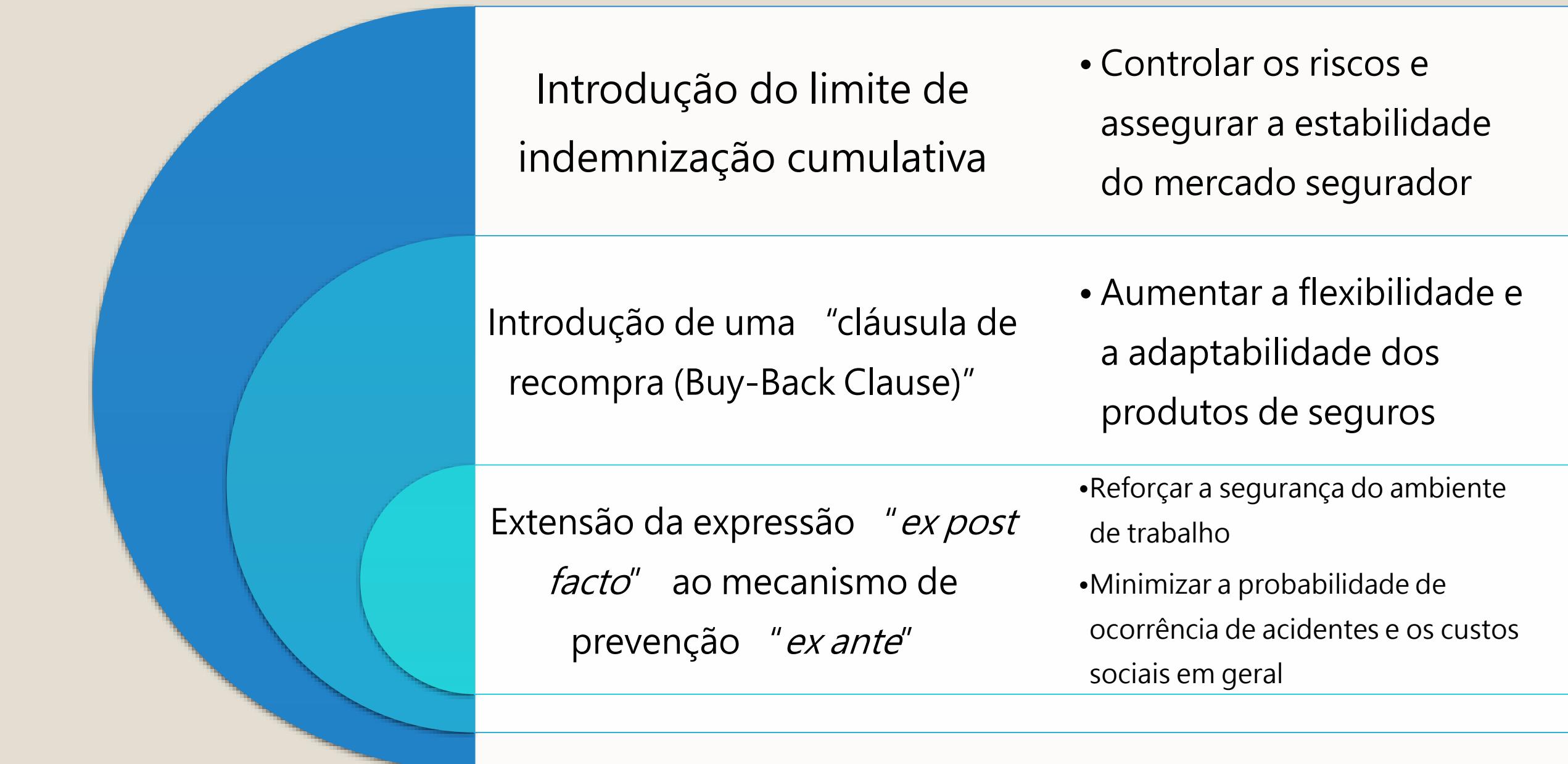
Criação do Fundo de Protecção dos Credores Trabalhistas	<ul style="list-style-type: none">•Garantir os direitos e interesses fundamentais das vítimas em vida
Liberalização das taxas dos prémios de seguro	<ul style="list-style-type: none">•Elevar a eficiência e a concorrência leal•Promover a concorrência no mercado e a inovação de produtos
Resolução do problema da recusa de subscrição de seguros aos sectores ou empresas de alto risco	<ul style="list-style-type: none">•Garantir que todos os empregadores possam obter a cobertura de seguro necessária
Redução dos casos em que as entidades patronais não subscrevem seguros, com cobertura suficiente	<ul style="list-style-type: none">•Especificar obrigações, formas de tratamento e sistemas de sanções

5.1

Conclusão do estudo



II. Direcções de aperfeiçoamento do regime de seguro de acidentes de trabalho



5.2

Perspectivas





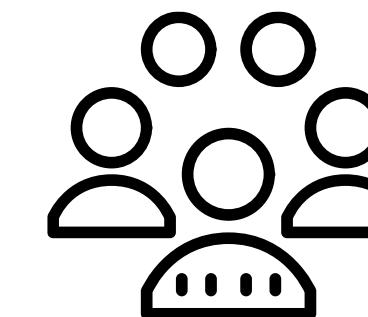
Obrigado!



PROGRAMA DE APOIO E ESTABILIDADE AO SEGURO AGRÍCOLA **(Projecto)** **= PAESA =**

Presented by César
Marcelino - Gabinete de
Estudos e Planeamento
Estratégico - ARSEG

NECESSIDADE DE UM PROGRAMA NACIONAL DE SEGURO AGRÍCOLA



51,1% da População empregada
(IVº trimestre de 2023 - INE)



66% (+1,12 p.p.) efeito sobre a inflação em Julho de 2024 - INE



16,7% das importações do Iº trimestre de 2024 foram produtos alimentares e agrícolas -INE



2 300 milhões de USD gastos para importação de produtos alimentares e agrícolas - AGT



ARSEG

AGÊNCIA ANGOLANA DE REGULAÇÃO
E SUPERVISÃO DE SEGUROS

Comparativos

País	Tipo	Subvenção	Objecto Seguro	BackStop Sinistros	Investimento Inicial
QUÊNIA	Índice de Vegetação por Diferença Normalizada	Prémio a 100% para o público alvo e 50% para os restantes	Gado	Não Implementado	3 milhões USD
UGANDA	Produtos convencionais e produtos baseados em índice	Prémios entre 30% e 80%	café, milho, feijão, arroz, algodão, banana, oleaginosas, frutos, chá, sorgo, cevada e gado	Não Implementado	1,5 milhões USD
MAURÍCIAS	Climático Convencional	Combinação Subsídio do governo com fundo de estabilização	Cana de Açúcar	Não Implementado	Sem informação
SENEGAL	inicialmente convencional, hoje incluído de índice	Prémios a 50% e isenção de impostos	Agrícola e pecuário	Não Implementado	3,3 milhões USD
REPÚBLICA DOMINICANA	Convencional	Parte do prémio definida anualmente (25% - 50%), isenção de impostos e apoio técnico	Agrícola e pecuário	Não Implementado	Sem informação

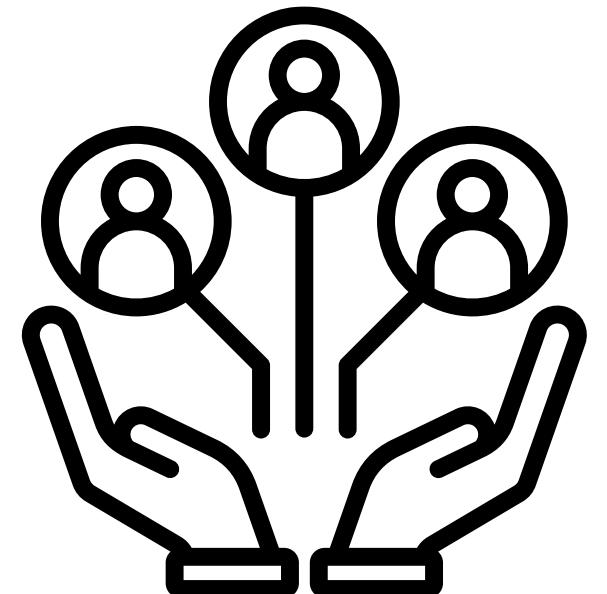
PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO PAESA

- 
- 1** Protecção e Promoção da Produção Agrícola
 - 2** Interligação Intersectorial ARSEG - Banca - MinAgriF - Cooperativas - Seguradoras
 - 3** Apoio aos Produtores & Discriminação Positiva
 - 4** Educação e Formação

SUporte FINANCEIRO DO PAESA

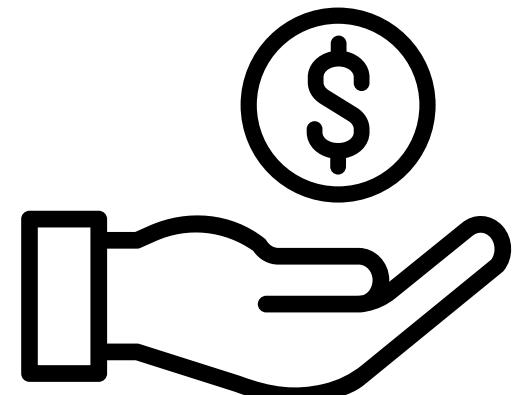


O PAESA tem como base financeira o Fundo de Estabilidade e Apoio ao Seguro Agrícola, doravante, FESAGRI



Sistema de Governo:

- ARSEG
- MinAgriF
- ASAN
- MinFin



FESAGRI = Fundo Conta



ARSEG
AGÊNCIA ANGOLANA DE REGULAÇÃO
E SUPERVISÃO DE SEGUROS



RECEITAS DO FESAGRI



- PBEs do ramos petroquímica e diamantífero (1%)
- Remunerações das aplicações financeiras do FESAGRI
- Doações + Financiamento Externo



Outras Possibilidades:

- **1% dos Seguros Patrimoniais (Danos em Coisas)**
- **7% dos PBEs do Seguro Agrícola**
- **1% do Imposto Predial**



PAESA - DINÂMICA



Abrangência

S/dotação Orçamental
6 311 AEF
0,9% do total dos AEF
2 empresas



Culturas (PlanaGrão)

Milho
Arroz
Feijão
Soja

Critério de Discriminação Positiva

Agricultura Familiar = 80%
Agricultura Empresarial
Pequenos = 60%
Médio = 40%
Grandes = 20%



SEGURO AGRÍCOLA

Regime de Contratação

- Regime Especial de Co-Seguro
- Regime Fiscal Especial (IVA reduzido ou IVA zero)
- Regime de Tarifas de Referência
- Apólice Uniforme

Tipologia do Seguro

- Seguro Paramétrico, baseado em índice climático

Parceiros Estratégicos

- IFC
- GGPEN
- INAMET
- AAPA
- Seguradoras



PASSOS ESTRUTURANTES



PAESA



Seguro Agrícola



Regime Fiscal

DECRETO- CONJUNTO MINFIN - MINAGRIF

- Regulamentação do Seguro Agrícola
- Condições Gerais
- Tarifas de Referência
- Capitais Seguros

ALTERAÇÃO DO DECRETO 02/02

Definição de Sinistro

CIVA CIS

IVA reduzido ou IVA zero
Imposto de Selo reduzido ou zero

DECRETO PRESIDENCIAL

- Criação do PAESA
- Criação do FESAGRI



ARSEG
AGÊNCIA ANGOLANA DE REGULAÇÃO
E SUPERVISÃO DE SEGUROS

SEGURÓ AGRÍCOLA

Assistência

Técnica IFC



ARSEG

AGÊNCIA ANGOLANA DE REGULAÇÃO
E SUPERVISÃO DE SEGUROS

Componente 1: Avaliação da Demanda de seguros agrícolas

Descrição	Contrapartes Chaves
<p>Para apoiar a implementação do subsídio ao prémio proposto no âmbito do PAESA, o IFC irá trabalhar com a ARSEG e o Ministério da Agricultura na realização de uma avaliação da demanda.</p> <p>O resultado desta avaliação pode ser utilizado para definir os limites máximos de subsídio ao prémio de seguro agrícola para diferentes categorias de agricultores (ou seja, subsistência, pequenos agricultores e agricultores de média escala).</p>	<ul style="list-style-type: none">• ARSEG• Ministério de Agricultura e Pescas (MAP)• Agregadores de agricultores/potenciais segurados (bancos, microfinanças, industria e comerciantes agregadores de produtos, cooperativas, projetos de desenvolvimento e vendedores de insumos agrícolas)
Actividades	Entregas
<ol style="list-style-type: none">1. Mapear as cadeias de valor agrícolas prioritárias, com o contributo do MoAF. A definição de prioridades pode basear-se na contribuição para a economia nacional, nas receitas de exportação, no número de agricultores envolvidos, na contribuição para a segurança alimentar, entre outros factores..2. Recolher informações através de um inquérito aos agricultores e do envolvimento de agregadores chave em cada cadeia de valores para a fim de identificar os principais riscos que afectam os agricultores e destacar os que poderiam ser abordados pelos seguros. O inquérito recolherá igualmente dados sobre as margens de rendimento dos agricultores, consciencialização para os seguros e a sua capacidade para pagar o seguro. Recolherá igualmente dados de agregadores que possam desempenhar um papel na distribuição eficiente de seguros, incluindo instituições financeiras para alargar o acesso ao financiamento.3. Indicar as principais características do(s) produto(s) de seguro ideal(is) para fazer face aos principais riscos identificados no inquérito.4. Avaliação da demanda para estimar os potenciais volumes de prémios que podem ser gerados pelo seguro de diferentes categorias de agricultores e para quantificar a diferença entre a capacidade de pagamento dos agricultores e o custo do(s) produto(s) de seguro ideal(is). Esta diferença será desagregada por níveis de agricultor (i.e., subsistência, pequenos agricultores e produtores de média escala).	<ul style="list-style-type: none">• Relatório de potencial demanda com recomendações sobre as cadeias de valor prioritárias e os limites de subsídio ao prémio para as diferentes categorias de agricultores

Componente 2: Apoio as seguradoras na operacionalização da Cobertura Adicional de Risco

Descrição	Contrapartes Chaves
<p>Alavancando a sua experiência em resseguros e as lições aprendidas com a implementação do programa Experience Account na Nigéria e na Zâmbia, o IFC irá assessorar a ARSEG na operacionalização da cobertura adicional de risco proposta para as seguradoras.</p> <p>A IFC está também a explorar a expansão da Experience Account para abranger países adicionais e explorar a extensão da cobertura à unidade de resseguros em Angola.</p>	<ul style="list-style-type: none">• ARSEG• Empresas de Seguros/Associações de Seguradoras
Actividades	Entregas
<ol style="list-style-type: none">1. Modelação de riscos para estimativa de capital necessário, com base no rácio de sinistralidade proposta de 80%. A modelação também pode ser feita para definir os limites anuais que podem ser estendidos às seguradoras individuais, com base numa dimensão fixa de capital e na experiência de sinistros projetados pela unidade de resseguros. A abordagem e os resultados da modelação serão discutidos com a ARSEG.2. Modelação de risco para estimar o rácio de perdas em que a cobertura por outro mecanismo (por exemplo, a <i>Experience Account</i>) poderia entrar em vigor para cobrir a unidade de resseguro de Angola e corresponder ao apetite de risco ou disponibilidade de capital do governo.3. Recolha de dados das seguradoras e ARSEG para apoiar a modelação previamente definida. Exemplos de dados a recolher incluem informações sobre os tipos de produtos seguros agrícolas actualmente disponíveis no mercado, as condições de pagamento dos novos produtos existentes e propostos, experiência de sinistros históricos e prémios por seguradora, volumes de prémios projetados para os próximos 3-5 anos, despesas médias e margens de lucro, acordos de resseguros existentes, etc.4. Assessoria sobre as melhores práticas na gestão do mecanismo de resseguro.	<ul style="list-style-type: none">• Relatório de modelação de riscos sobre o capital recomendado, a franquia e os limites de cobertura para as seguradoras• Relatório sobre o capital recomendado baseado na modelação de riscos• Assessoria sobre as boas práticas na administração da unidade de resseguro

Component 3: Capacitação

Descrição

1. O IFC irá desenvolver e ministrar um programa de formação focado na aplicação de análise do risco climático para a tomada de decisões em cadeias de valor e regiões alvos. A formação abrangerá igualmente processo de acesso aos dados satelitais e seu uso no desenvolvimento de produtos. Será considerada uma série de dados remotamente detetados (incluindo precipitação, humidade do solo e dados de cobertura vegetativa).
2. A IFC irá facilitar a troca e partilha de conhecimentos com seguradoras e reguladores nouros mercados sobre como aceder e aplicar diferentes tipos de dados por satélite. Isto incluirá as seguradoras, a ARSEG e o serviço de meteorologia (INAMET).
3. Apoiar o desenvolvimento de capacidades na gestão do risco de base. O apoio da IFC poderá incluir:
 - Capacitar as seguradoras e o ARSEG sobre formas de quantificar o risco de base durante a avaliação dos produtos.
 - Trabalhar com a ARSEG e as seguradoras para estabelecer métricas e limites máximos que os produtos têm de cumprir para serem sustentaveis. As seguradoras poderiam então utilizá-los como guia quando planearem o lançamento de novos produtos.
 - Apresentar diferentes abordagens para lidar com o risco de base quando ele ocorre (por exemplo, quantificar o risco de base para todos os produtos e incluir o custo esperado no prémio ou expandir a cobertura de risco para as seguradoras para acomodar o risco de base).

Contrapartes Chaves

- **ARSEG**
- Empresas de Seguros/Associações de Seguradoras

Entregas

- Pelo menos uma sessão de formação por ano focada na aplicação da análise dos riscos climáticos.
- Pelo menos uma sessão de formação por ano sobre como aceder e aplicar diferentes tipos de dados por satélite (por exemplo, precipitação, humidade do solo, cobertura vegetal) no seguro agrícola.
- Pelo menos uma sessão de formação por ano centrada na gestão do risco de base.
- Recomendadas abordagens para a gestão do risco de base.



**ARSEG,
SUPERVISÃO
CREDÍVEL,
PROTECÇÃO
GARANTIDA,
ANGOLA SEGURA!**

OBRIGADO!

CONTACT US

-  Luanda - Angola
-  (+244) 222 760 146
-  www.arseg.ao
-  geral@arseg.ao

ARSEG
Agência Angolan
e Supervisão de S

PERGUNTAS

&

RESPOSTAS





Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia de Macau e o seu Papel de Plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa





Índice

1. Plano de Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia de Macau
2. Desenvolvimento da indústria financeira moderna
3. Plataforma de Serviços Financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa
4. Programa de acção de formação da ASEL
5. Desenvolvimento futuro





1. Plano de Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia de Macau





2. Desenvolvimento da indústria financeira moderna





Indústria financeira moderna

Principais tarefas

Alargamento da indústria financeira moderna

- Desenvolvimento célere do mercado de obrigações
- Desenvolvimento de actividades de gestão de fortunas
- Impulsionamento da plataforma inovadora de actividades cambiais transfronteiriças
- Promoção da inovação de serviços de produtos de seguros transfronteiriços
- Promoção do desenvolvimento de finanças verdes



Optimização e aperfeiçoamento de software e hardware de infra-estruturas financeiras

- Elaborar e aperfeiçoar os diplomas legais da área financeira
- Realizar bem a formação inicial orientada para a carreira profissional, formação em serviço, reconhecimento de qualificação profissional, entre outros, formando profissionais com talentos integrados na área financeira
- Aperfeiçoar a "Central de Depósito de Valores Mobiliários de Macau" e alargar o modelo de custódia

Reforço do regime de fiscalização financeira

- Elaborar e optimizar directrizes de fiscalização das actividades
- Reforçar a fiscalização de riscos tecnológicos



Reforço na cooperação financeira transfronteiriça

- Intensificação da interconexão e a interligação dos mercados financeiros da Zona de Cooperação Aprofundada e Macau
- Optimização de serviços financeiros no âmbito de benefício da população.

11

Enriquecimento das novas áreas e tendências financeiras

- Promoção da inovação de produtos e serviços transfronteiriços de seguros





Indústria financeira moderna

Projectos prioritários

Alargamento da indústria financeira moderna

- Construir a conexão com o mercado de obrigações do Interior da China e a nível internacional
- Estimular o desenvolvimento de plataformas inovadoras de investimento e financiamento transfronteiriços
- Optimizar as políticas complementares referentes aos fundos de Private Equity
- Promover a inovação de serviços de produtos de seguros transfronteiriços
- Promover o desenvolvimento de finanças verdes



Optimização e aperfeiçoamento de software e hardware de infra-estruturas financeiras

- Elaborar a "Lei de Valores Mobiliários"
- Rever a regulação da constituição e funcionamento dos fundos de investimento e das sociedades gestoras de fundos de investimento
- Elaborar um novo Regime Jurídico do Exercício da Actividade de Mediação de Seguros
- Construir uma equipa com quadros qualificados na área financeira
- Aperfeiçoar a "Central de Depósito de Valores Mobiliários de Macau"



Reforço do regime de fiscalização financeira

Desenvolvimento inovador junto da Zona de Cooperação Aprofundada

- Colaborar na criação do projecto de implementação da "cerca electrónica"
- Impulsionar a participação da Zona de Cooperação Aprofundada na criação do centro de serviços de seguros na Grande Baía

Melhorar e optimizar as infra-estruturas corpóreas e incorpóreas do sector financeiro

- Reformulação do "Regime jurídico do exercício da actividade de mediação de seguros"
- Revisão do regime jurídico dos fundos privados de pensões
- Estabelecimento do regime jurídico para o quadro de fundos baseado em riscos do sector segurador





Indústria financeira moderna

Projectos prioritários

Alargamento da indústria financeira moderna

- Construir a conexão com o mercado de obrigações do Interior da China e a nível internacional
- Estimular o desenvolvimento de plataformas inovadoras de investimento e financiamento transfronteiriços
- Optimizar as políticas complementares referentes aos fundos de *Private Equity*
- Promover a inovação de serviços de produtos de seguros transfronteiriços
- Promover o desenvolvimento de finanças verdes



Optimização e aperfeiçoamento de software e hardware de infra-estruturas financeiras

- Elaborar a "Lei de Valores Mobiliários"
- Rever a regulação da constituição e funcionamento dos fundos de investimento e das sociedades gestoras de fundos de investimento
- Elaborar um novo Regime Jurídico do Exercício da Actividade de Mediação de Seguros
- Construir uma equipa com quadros qualificados na área financeira
- Aperfeiçoar a "Central de Depósito de Valores Mobiliários de Macau"



Reforço do regime de fiscalização financeira

Desenvolvimento inovador junto da Zona de Cooperação Aprofundada

- Colaborar na criação do projecto de implementação da "cerca electrónica"
- Impulsionar a participação da Zona de Cooperação Aprofundada na criação do centro de serviços de seguros na Grande Baía

Reforço do sistema de supervisão financeira

- Elaboração e melhoria das directivas de supervisão de actividades
- Reforço da supervisão dos riscos de tecnologia





Indústria financeira moderna

Projectos prioritários

Alargamento da indústria financeira moderna

- Construir a conexão com o mercado de obrigações do Interior da China e a nível internacional
- Estimular o desenvolvimento de plataformas inovadoras de investimento e financiamento transfronteiriços
- Optimizar as políticas complementares referentes aos fundos de Private Equity
- Promover a inovação de serviços de produtos de seguros transfronteiriços
- Promover o desenvolvimento de finanças verdes



Optimização e aperfeiçoamento de software e hardware de infra-estruturas financeiras

- Elaborar a "Lei de Valores Mobiliários"
- Rever a regulação da constituição e funcionamento dos fundos de investimento e das sociedades gestoras de fundos de investimento
- Elaborar um novo Regime Jurídico do Exercício da Actividade de Mediação de Seguros
- Construir uma equipa com quadros qualificados na área financeira
- Aperfeiçoar a "Central de Depósito de Valores Mobiliários de Macau"



Reforço do regime de fiscalização financeira

Desenvolvimento inovador junto da Zona de Cooperação Aprofundada

- Colaborar na criação do projecto de implementação da "cerca electrónica"
- Impulsionar a participação da Zona de Cooperação Aprofundada na criação do centro de serviços de seguros na Grande Baía



Desenvolvimento inovador junto da Zona de Cooperação Aprofundada

- Promoção da Participação da Zona de Cooperação Aprofundada na Construção do Centro de Serviços de Seguros da Área da Grande Baía
- Esforços para políticas-piloto de promoção de facilidades de investimento e de financiamento e da realização de actividades cambiais transfronteiriças entre Macau e a Zona de Cooperação Aprofundada





3. Plataforma de Serviços Financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa







4. Programa de acção de formação da ASEL





5. Desenvolvimento futuro





Obrigado!





AUTORIDADE DE SUPERVISÃO
DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

Comunicação com o consumidor de seguros e fundos de pensões: A experiência portuguesa

28.ª Conferência Anual da ASEL

29 de outubro de 2024

Agenda

- 01** Contexto
- 02** Comunicação com o consumidor
- 03** Principais projetos
- 04** Desafios

01

Contexto



Digitalização

A digitalização está a transformar a forma como comunicamos com os consumidores. Este movimento exige uma comunicação mais rápida, ágil e adaptada a diferentes plataformas.



Consciência financeira

O crescente interesse dos consumidores por temas financeiros requer uma comunicação mais centrada nas necessidades específicas dos consumidores.



Desinformação

A desinformação é um desafio que afeta também as matérias financeiras. Há cada vez mais informação disponível para os consumidores de produtos e serviços financeiros, mas nem sempre isenta e credível.

02

Comunicação com o consumidor

Comunicação com o consumidor



A ASF tem desenvolvido uma estratégia de comunicação com o consumidor progressivamente mais personalizada e adaptada às suas necessidades mais prementes.

No âmbito da comunicação com o consumidor intervêm principalmente o Departamento de Supervisão Comportamental e o Departamento de Comunicação.

Está definida uma *governance* clara para os projetos.

Comunicação com o consumidor de seguros e fundos de pensões: a experiência portuguesa

2008

Lançamento do Portal do Consumidor.

2012

A ASF, juntamente com os outros supervisores financeiros, lança o Plano Nacional de Formação Financeira.

2014

A ASF individualiza o tema da literacia financeira numa área autónoma.

2015

A ASF torna-se membro efetivo da International Network on Financial Education (OECD/INFE)

2018

Criação da primeira página nas redes sociais com conteúdos específicos para o consumidor.

2020

Integração da função de literacia financeira no Departamento de Supervisão Comportamental e criação do Núcleo de Comunicação com o Consumidor e Literacia Financeira.

2023

Lançamento do novo Portal do Consumidor.

Lançamento do Portal e do Observatório dos Seguros de Saúde.

ASF

Seleção de conteúdo dos projetos

O processo de seleção de conteúdos para os nossos projetos começa com uma análise rigorosa a diferentes fontes de informação.

Adicionalmente, asseguramos uma complementaridade dos temas abordados em cada projeto de forma a evitar duplicação de conteúdos.

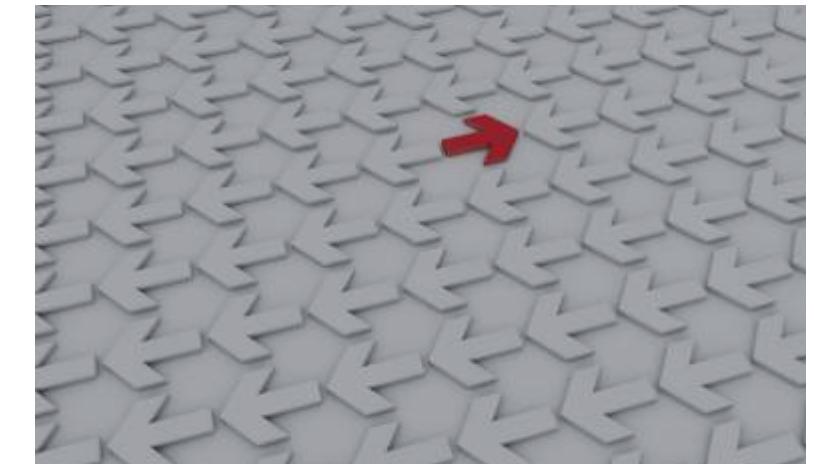
Comunicação com o consumidor de seguros e fundos de pensões: a experiência portuguesa



Reclamações e pedidos de esclarecimento



Feedback de iniciativas de formação financeira

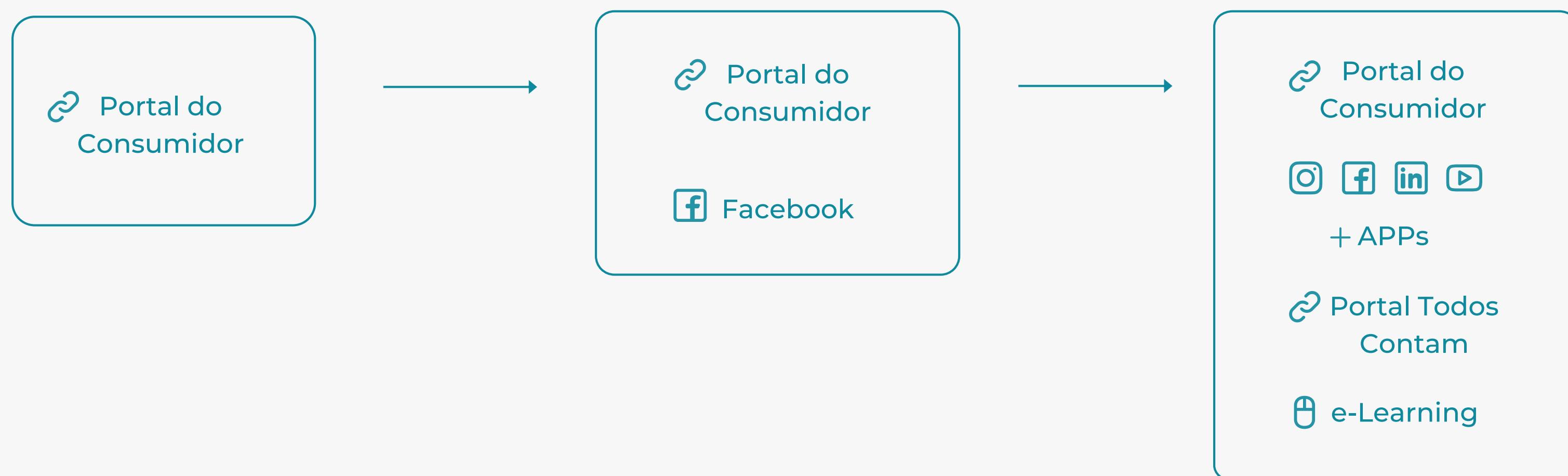


Tendências de consumo



Conjuntura financeira

Evolução das plataformas de comunicação



Principais canais de comunicação com o consumidor

Para garantir que a informação se encontra acessível, recorremos a uma estratégia omnicanal, que integra o Portal do Consumidor e as redes sociais. Esta abordagem permite que os conteúdos sejam desenvolvidos de uma forma integrada, adaptada aos vários formatos e às necessidades de cada público-alvo. Tem ainda a vantagem de fomentar o reconhecimento da marca ASF em todos os canais utilizados.

Portal do
consumidor

Redes sociais

Novo Portal do Consumidor

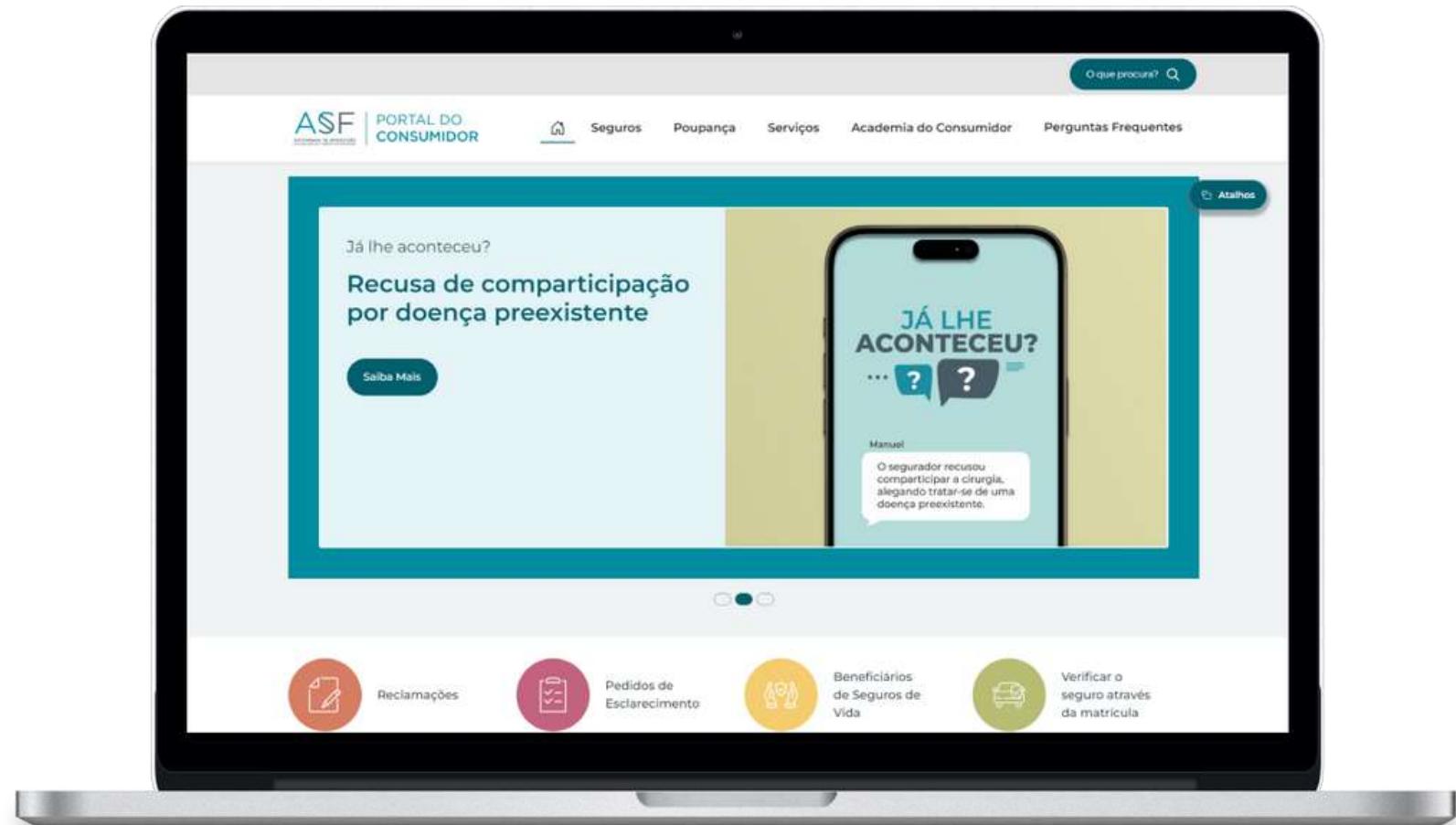
ASF



O [Portal do Consumidor da ASF](#) foi criado com o objetivo de fortalecer a comunicação com o consumidor de seguros e com o consumidor de fundos de pensões, tornando-a mais próxima, fácil e rápida e acessível.

Recentemente foi objeto de uma profunda transformação, que passou por uma reorganização dos seus conteúdos e pela modernização do seu design, a que acresce a utilização de novas ferramentas tecnológicas.

ASF | PORTAL DO CONSUMIDOR
AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES



Portal do Consumidor

ASF



Usabilidade e organização

Todos os conteúdos estão distribuídos por 5 áreas:
Seguros, Poupança, Serviços, Academia do Consumidor
e Perguntas Frequentes.

A opção por menus organizados por área temática teve
como prioridade a usabilidade e facilidade de
navegação, com o objetivo de melhorar a experiência de
navegação, tornando-a mais intuitiva, eficiente e rápida
para o consumidor.



Newsletter

Os subscriptores da *newsletter* do Portal do
Consumidor recebem diretamente no seu e-mail
novidades, atualizações e conteúdos relevantes sobre
seguros e fundos de pensões.

Portal do Consumidor

ASF



Reclamações

Os consumidores podem apresentar uma reclamação relativa à atuação de alguma das entidades supervisionadas pela ASF, nomeadamente seguradores, mediadores e sociedades gestoras de fundos de pensões, ou denunciar alguma situação que lhe pareça irregular.

Existe um percurso, até à apresentação da reclamação, que procura informar o consumidor dos seus direitos e deveres no âmbito do produto em causa.



Serviços de apoio ao consumidor

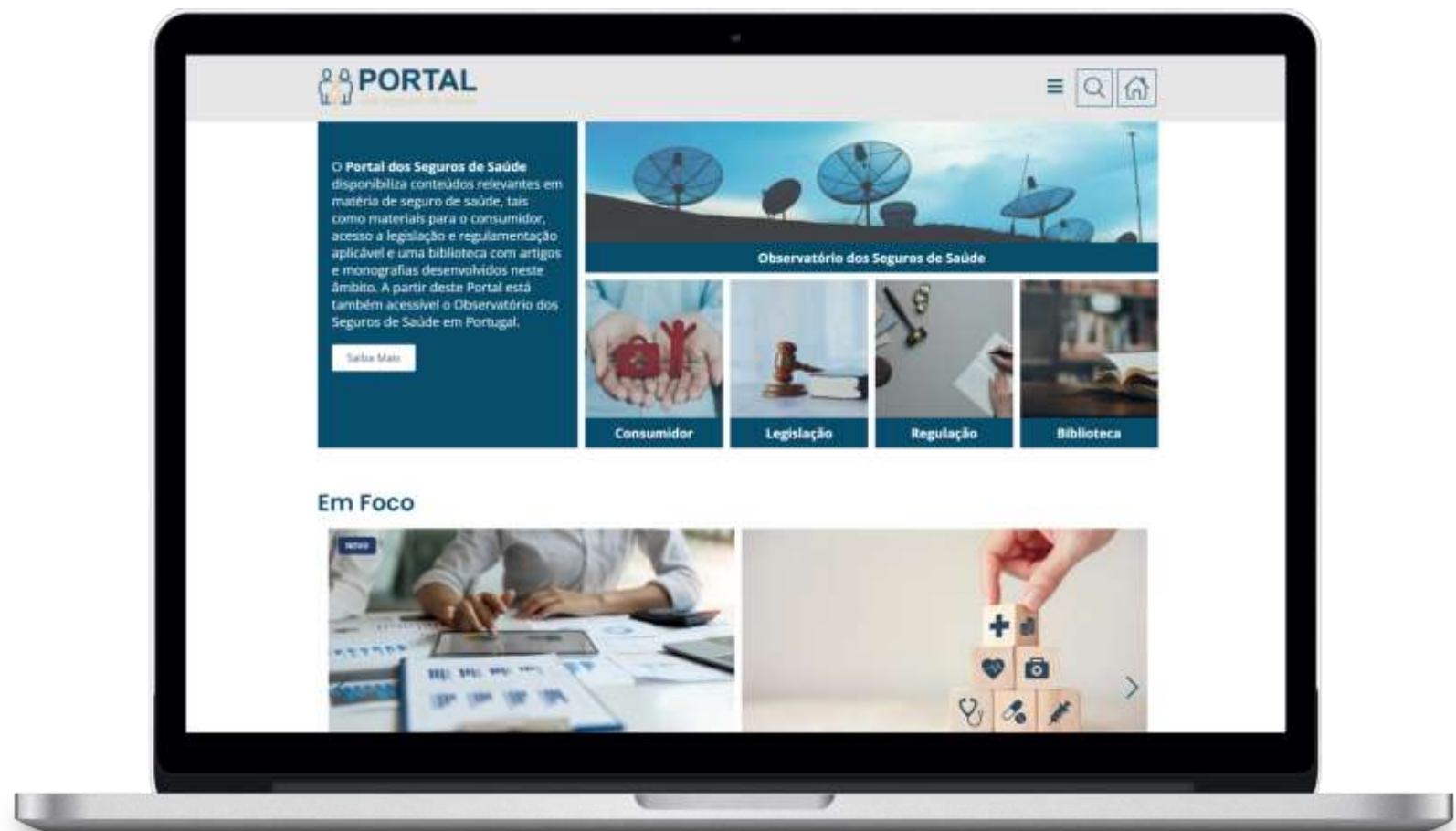
O Portal do Consumidor agrega um conjunto de ferramentas de apoio ao consumidor, entre as quais se destacam:

- a base de dados de matrículas, que permite verificar se um determinado veículo automóvel tem seguro através da matrícula;
- o acesso a informação sobre beneficiários de seguros de vida;
- a possibilidade de dar início a um procedimento de colocação de seguro automóvel.

Portal dos Seguros de Saúde



O [Portal dos Seguros de Saúde](#) disponibiliza conteúdos relevantes em matéria de seguro de saúde, tais como materiais para o consumidor, acesso à legislação e regulamentação aplicável e uma biblioteca com artigos e monografias desenvolvidos neste âmbito.



Observatório dos Seguros de Saúde

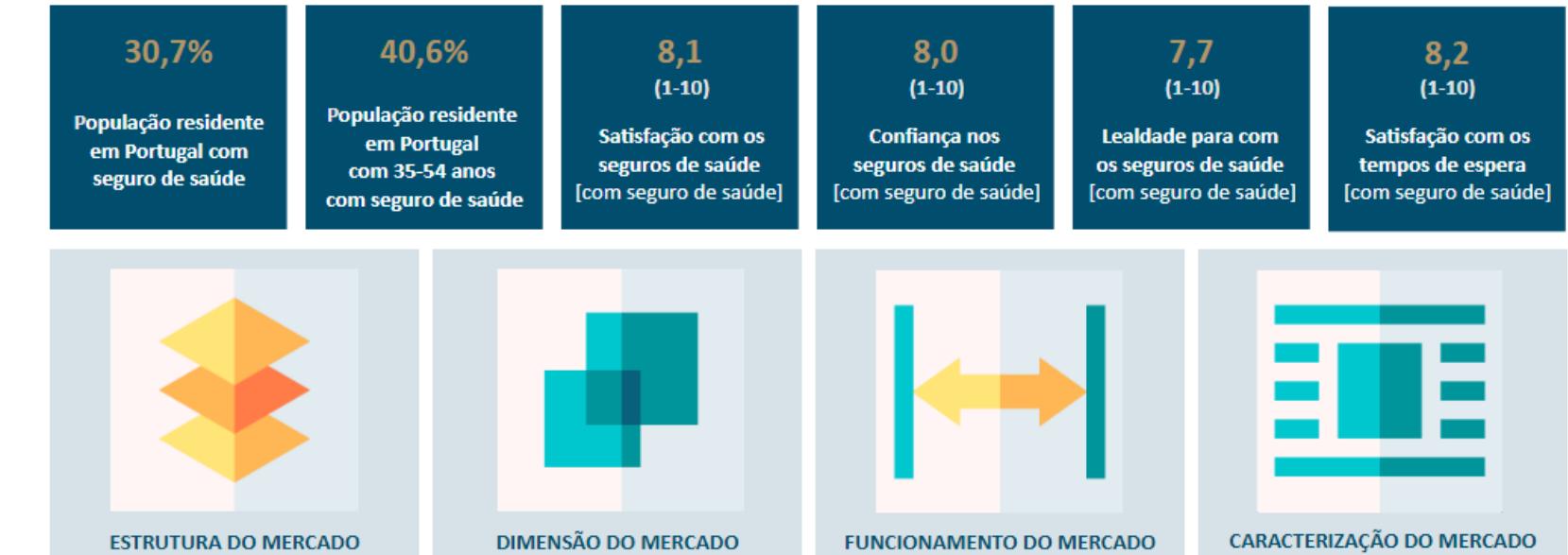
ASF



O [Observatório dos Seguros de Saúde](#) é um espaço dedicado em permanência ao conhecimento detalhado e ao acompanhamento do mercado dos seguros de saúde, apresentando um conjunto de indicadores e métricas atualizados periodicamente.



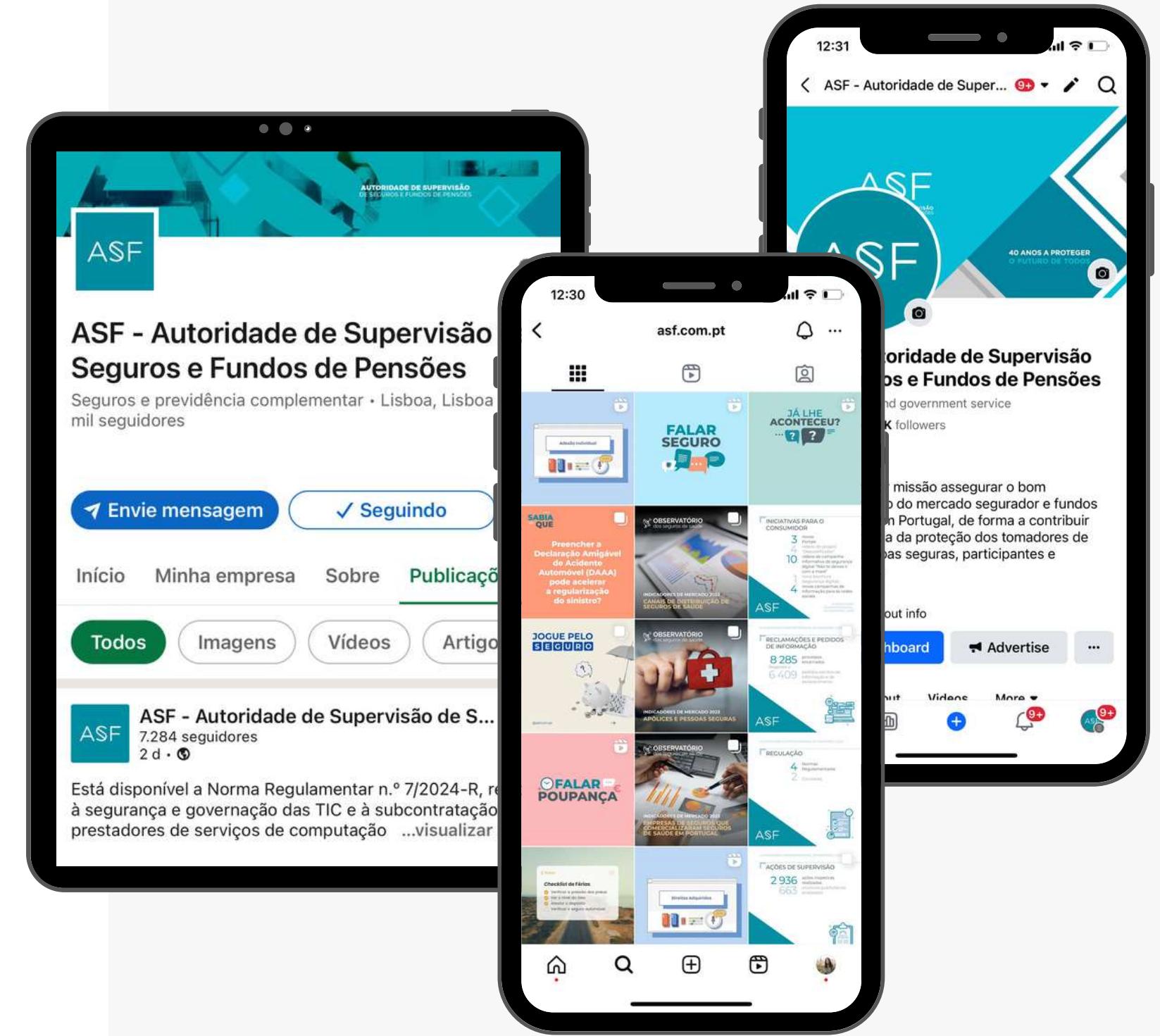
INDICADORES EM FOCO | 2023



Redes sociais



A estratégia de redes sociais da ASF está focada no Facebook, Instagram e LinkedIn, as plataformas onde mantemos uma presença digital ativa. Para cada uma destas redes, definimos estratégias específicas, procurando atingir diferentes objetivos e públicos-alvo. Desta forma, maximizamos o impacto da comunicação e alcançamos diferentes segmentos de consumidores.



Redes sociais

Facebook



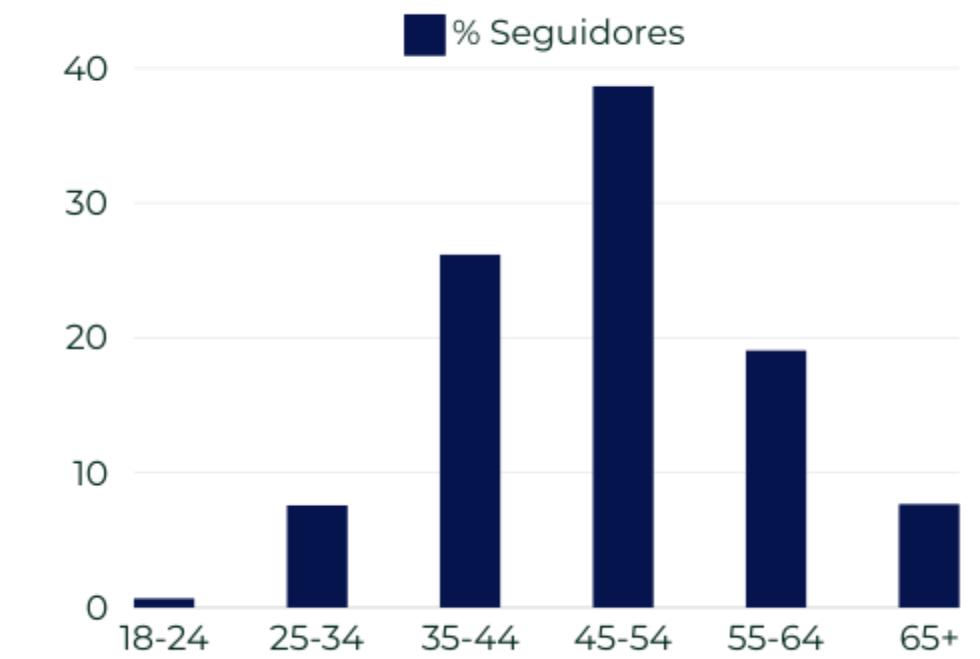
ASF

Conteúdos

A plataforma Facebook é utilizada preferencialmente para a divulgação de conteúdos direcionados para o consumidor de produtos de seguros e de fundos de pensões.

Público

Os seguidores da ASF nesta rede social têm um enquadramento social e demográfico transversal à sociedade portuguesa. A média etária destes utilizadores é, tendencialmente, mais elevada do que no Instagram.



Redes sociais

Instagram



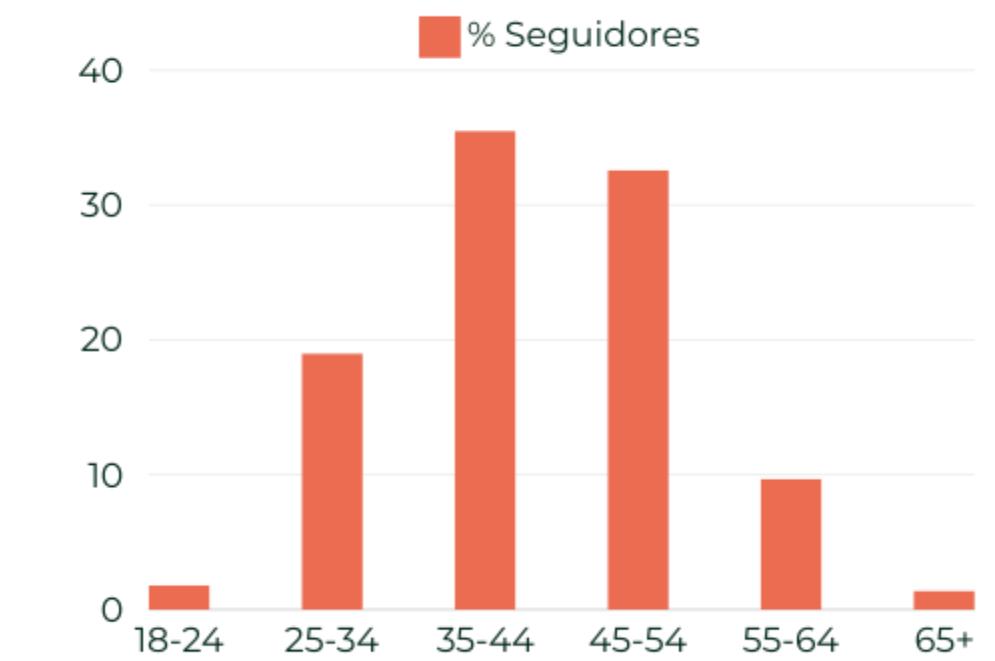
ASF

Conteúdos

O Instagram é utilizado preferencialmente para a divulgação de conteúdos mais dinâmicos e com uma maior aposta na componente gráfica. Com esta presença, pretendemos estar mais próximos dos consumidores mais jovens.

Público

É possível observar que a maioria dos que acompanham a ASF nesta plataforma situam-se nas faixas etárias mais jovens.



Outros canais de comunicação

Aplicações móveis



Tem seguro?

Através da câmara do dispositivo ou de uma fotografia preexistente, permite identificar a matrícula de um veículo e informar o utilizador sobre a existência e validade do seguro automóvel, o número da apólice, o segurador e a data de início do seguro.



Os meus seguros

Permite aos utilizadores uma gestão cómoda e prática de todos os seus seguros numa única plataforma.

Atualmente encontra-se em processo de atualização e restruturação, para disponibilizar novas funcionalidades úteis ao consumidor.

Diversificação de formatos

Considerando que cada público-alvo tem preferências específicas quando acede à informação, os nossos conteúdos são desenvolvidos em diferentes formatos. Sempre que é necessário ajustamos a nossa abordagem, de forma a garantir que captamos a atenção do maior número possível de pessoas.

Planeamento multicanal

Antes do lançamento de um projeto, planeamos a forma como o conteúdo pode ser utilizado nos diferentes canais que temos disponíveis para o consumidor. Esta forma de atuar permite-nos aumentar o alcance da mensagem e reforçar a estratégia multicanal, garantindo uma atuação integrada junto dos diferentes públicos-alvo.



ASF Podcast

A ASF está presente no universo dos podcasts



Dicas seguras

Os vídeos da ferramenta interativa da Academia do Consumidor foram divididos em dicas, para publicação nas redes sociais.



Formação Financeira ao minuto

Spots de rádio curtos com conceitos de seguros.

03

Principais projetos



Vamos Falar Seguro

ASF

Descrição

Vídeos em formato entrevista numa linguagem simples e direta.

Duração: 6 a 8 minutos

Objetivo

Ajudar os consumidores a aceder a informação atual e relevante sobre os seus direitos e deveres no que diz respeito aos produtos de seguros e de fundos de pensões.

Público-alvo

População em geral

Canais de comunicação

Portal do Consumidor

YouTube



Ferramenta interativa

Academia do Consumidor

Descrição

Plataforma com vídeos curtos e quizzes que permitem aos utilizadores testar os seus conhecimentos.

Objetivo

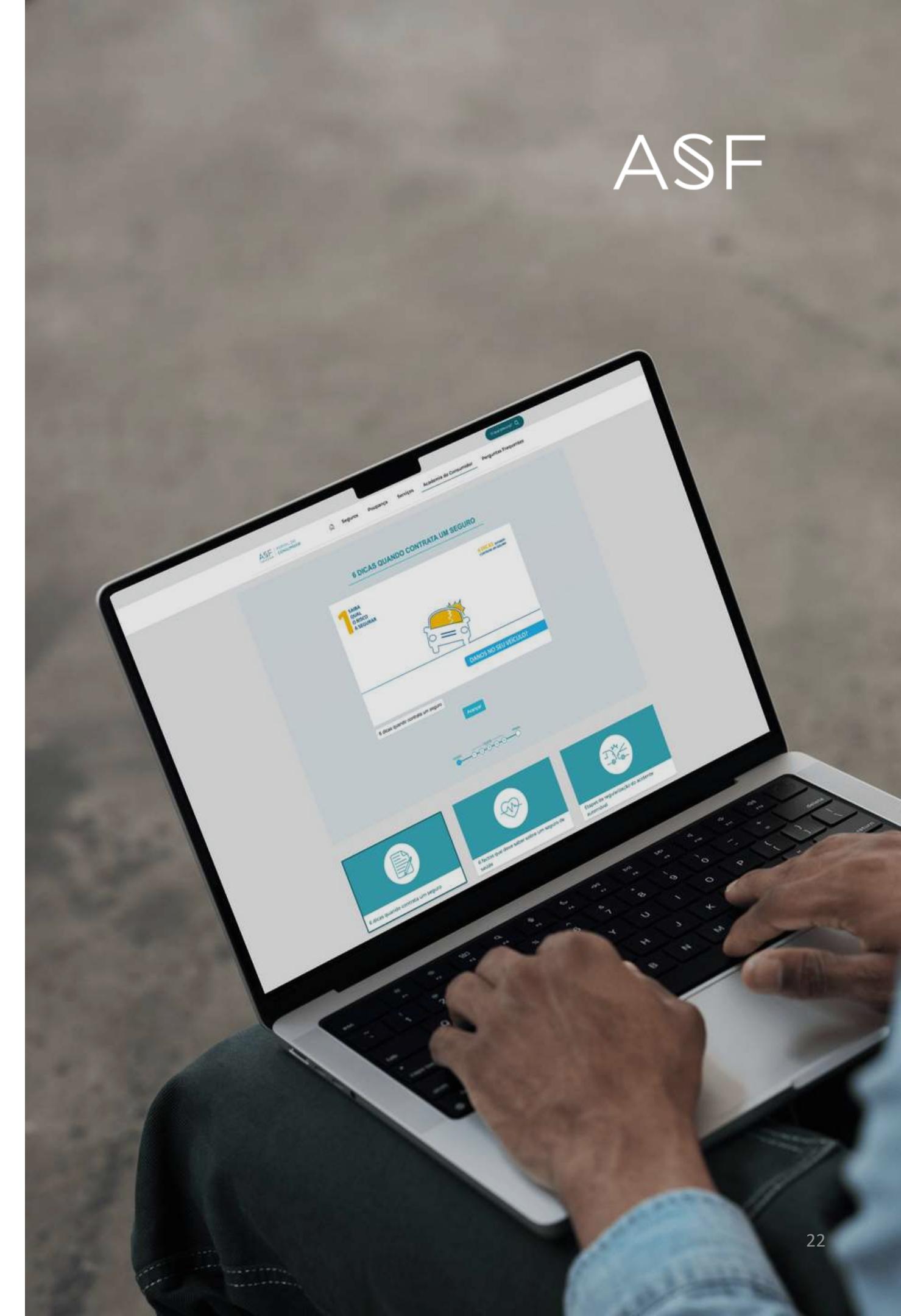
Maior interatividade na disponibilização de informação ao consumidor.

Público-alvo

População em geral,
professores e formadores.

Canais de comunicação

Portal do Consumidor



ASF

Descodificador

de seguros e de fundos de pensões

ASF

Descrição

Vídeos ilustrados de curta duração.

Objetivo

Esclarecer o consumidor relativamente a conceitos básicos de seguros e de fundos de pensões.

Público-alvo

População em geral,
com enfoque nos mais
jovens.

Canais de comunicação

Portal do Consumidor
Redes sociais
YouTube



Já lhe aconteceu?

ASF

Descrição

Campanha que surge da adaptação das situações retratadas nos casos práticos disponíveis no Portal do Consumidor, construídos a partir da nossa experiência no apoio ao consumidor, para um formato mais apelativo e dinâmico, adequado às redes sociais.

Objetivo

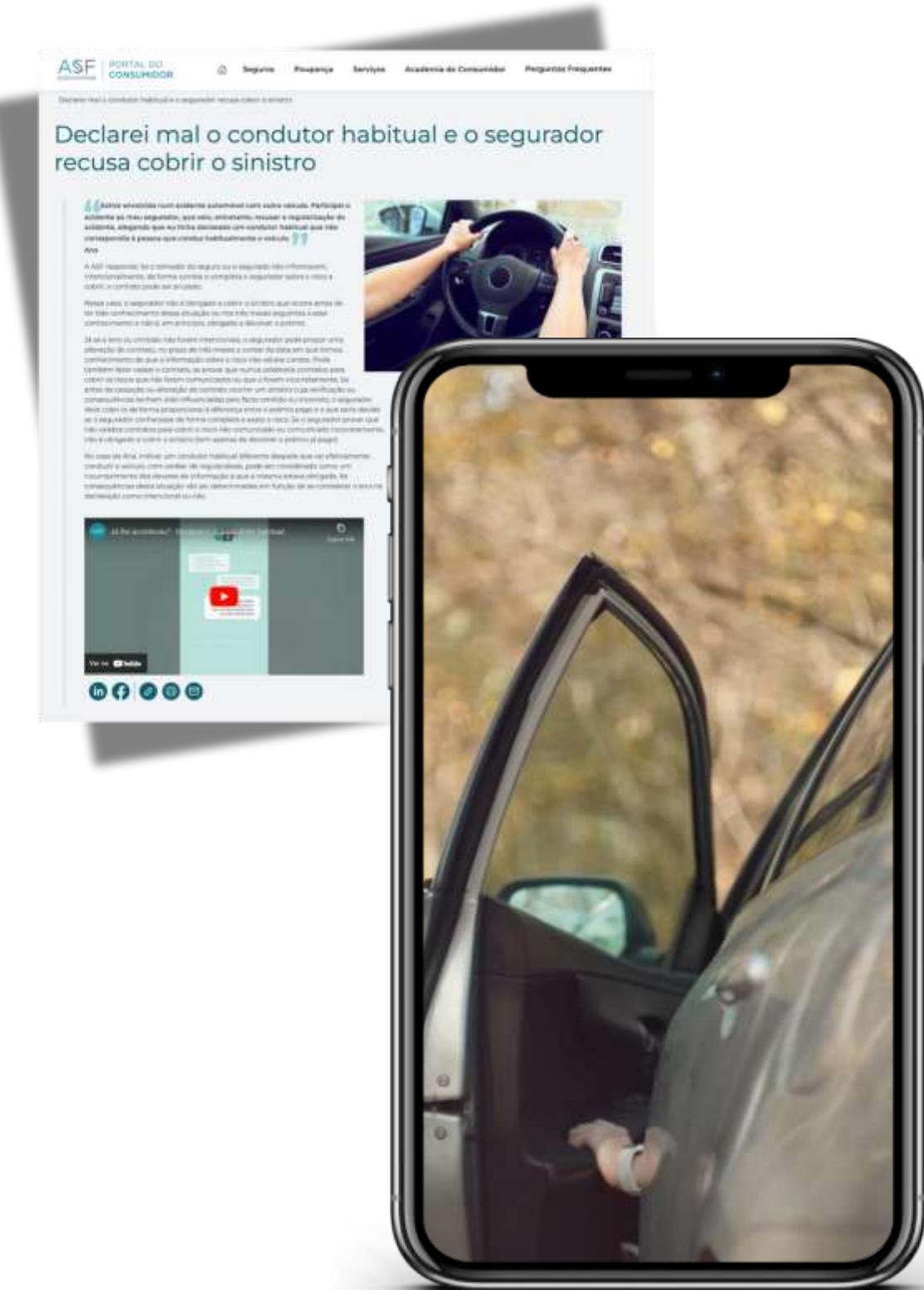
Responder a situações frequentemente objeto de reclamações ou pedidos de esclarecimento dirigidos à ASF.

Público-alvo

População em geral

Canais de comunicação

Portal do Consumidor
Redes Sociais
YouTube



Não te deixes ir com a maré!

ASF

Descrição

Campanha de sensibilização sobre segurança digital. No âmbito desta campanha foi publicada uma brochura e produzidos 10 vídeos informativos.

Objetivo

Sensibilizar os mais jovens para os cuidados a ter na utilização de canais digitais, através de recomendações específicas sobre a adoção de comportamentos que podem ajudar a mitigar os riscos inerentes à navegação online.

Público-alvo

Jovens

Canais de comunicação

Portal do Consumidor
Redes Sociais
YouTube



Plano Nacional de Formação Financeira

Todos Contam

ASF

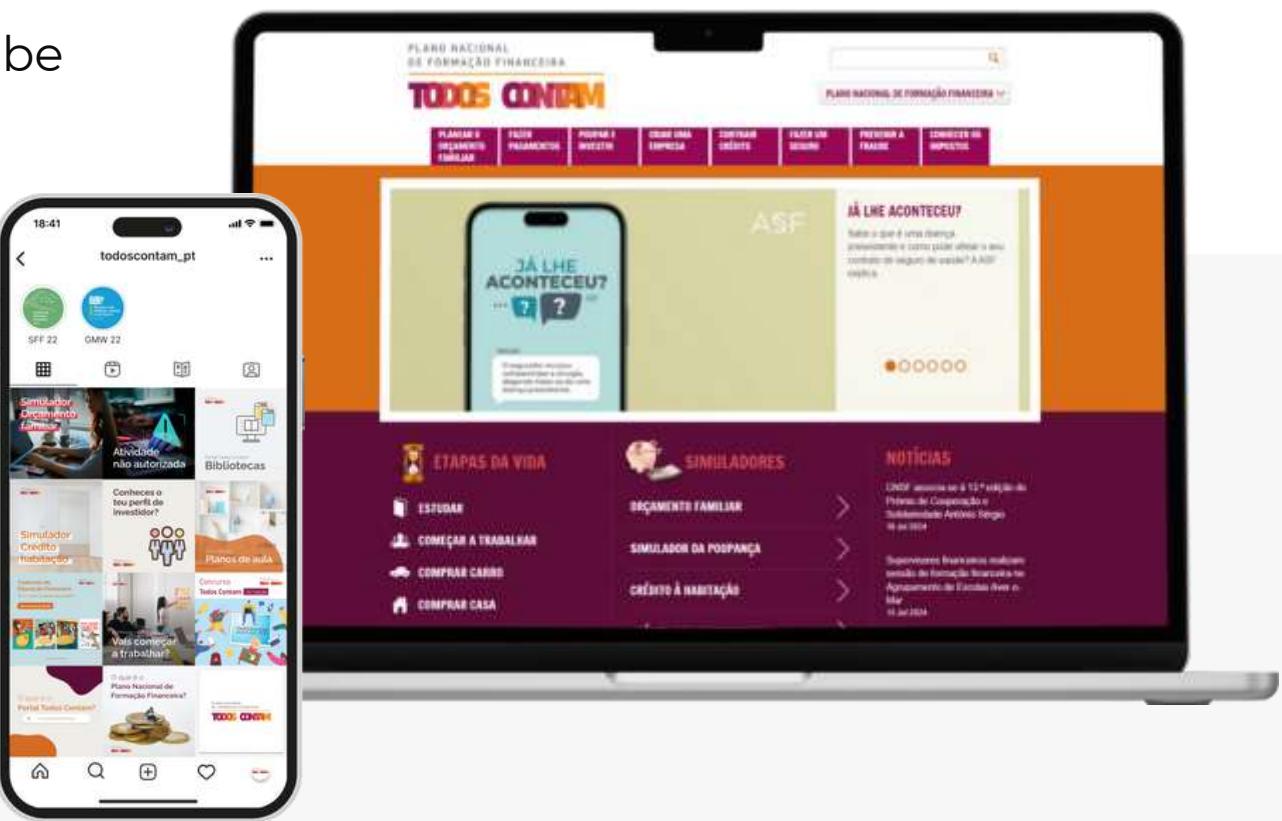
O PNFF é a estratégia nacional de educação financeira, criada pelos três supervisores financeiros (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, Banco de Portugal e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários) e apoiada por diversas entidades dos setores público e privado.

Seguros e Fundos de Pensões

Os temas dos seguros e dos fundos de pensões foram integrados em todos os projetos desenvolvidos no âmbito da estratégia nacional.

Canais de comunicação

Portal Todos Contam
Plataforma de e-Learning
Redes sociais
YouTube



04

Desafios

Desafios

O consumidor como agente disciplinador do mercado

Como respondemos a este desafio?



Adequação da linguagem

Nem sempre é fácil assegurar o equilíbrio entre a simplificação da linguagem e o rigor da informação.



Combater a desinformação

A proliferação de diferentes projetos de “literacia financeira” e de novas formas de influenciar a decisão do consumidor (ex.: *finfluencers*) pode contribuir para a divulgação de informação incorreta.



Comunicar para públicos vulneráveis

Estes públicos muitas vezes enfrentam algumas limitações que exigem abordagens mais inclusivas, formatos acessíveis e canais de comunicação diversificados.

Os nossos conteúdos passam por diferentes níveis de análise e validação. Em alguns casos, criámos um “consumidor sombra”, que nos permite testar a adequação da mensagem num ambiente controlado.

Aumentámos a presença da ASF em diferentes plataformas, com enfoque nas redes sociais, posicionando-a como fonte de informação isenta e credível.

Estabelecemos parcerias que nos permitem trabalhar junto destes públicos e recorremos, em alguns casos, a órgãos de comunicação tradicionais.

Coming soon

Próximos projetos

ASF

Finanças sustentáveis



Projeto para o público sénior



Observatório da poupança



Obrigado

 @ASF.com.pt

 @AutoridadeSupervisaoSegurosFundosdePensoes

 literacia.financeira@ASF.com.pt